



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

**AS DINÂMICAS DAS PAISAGENS URBANAS NAS PRAÇAS ARISTIDES LOBO E
PEDRO AMÉRICO EM JOÃO PESSOA (PB)**

JOSÉ SÉRGIO DANTAS DO NASCIMENTO

João Pessoa-PB

Novembro de 2017

JOSÉ SÉRGIO DANTAS DO NASCIMENTO

**AS DINÂMICAS DAS PAISAGENS URBANAS NAS PRAÇAS ARISTIDES LOBO E
PEDRO AMÉRICO EM JOÃO PESSOA (PB)**

**Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Geografia da Universidade
Federal da Paraíba, para obtenção do grau
de Bacharel em Geografia.**

Prof^a. Dr^a. Lígia Maria Tavares da Silva

João Pessoa-PB

Novembro de 2017

N244d Nascimento, Jose Sergio Dantas do.

As Dinâmicas das Paisagens nas praças Aristides Lobo
e

Pedro Américo em João Pessoa, PB / Jose Sergio Dantas
do Nascimento. - João Pessoa, 2017.

80 f. : il.

Orientação: Profª Drª Lígia Maria Tavares da Silva.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCEN.

1. Praças públicas. 2. Paisagem Urbana. 3. Cidade de
João Pessoa. I. Silva, Profª Drª Lígia Maria Tavares
da. II. Título.

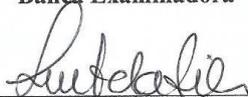
UFPB/BC

JOSÉ SÉRGIO DANTAS DO NASCIMENTO

AS DINÂMICAS DAS PAISAGENS URBANAS NAS PRAÇAS ARISTIDES LOBO E
PEDRO AMÉRICO EM JOÃO PESSOA (PB)

Aprovada em 8 / 11 / 2017

Banca Examinadora



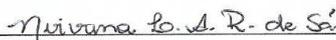
Prof.ª. Dr.ª. Lúcia Maria Tavares da Silva

Orientador



Prof. Dr. Eduardo Pazera Junior

(UFPB – Examinador Interno)



Dr.ª. Nirvana Lúcia Albino Rafael de Sá

(UFCG – Examinador)

NOTA: 9,5

DEDICATÓRIA

A Deus
À minha família
À professora Dr^a. Lígia Maria Tavares da Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do curso de Geografia, em especial a Professora Doutora Lígia Maria Tavares da Silva, aos meus familiares e a meu estimado amigo Daniel Gomes da Silva, pelo incentivo e confiança depositados.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal realizar uma pesquisa histórica das praças Aristides Lobo e Pedro Américo, com base na observação geográfica, a partir de um recorte temporal. Em um primeiro momento endereçamos os processos de formação desses espaços públicos por meio do que alguns autores chamam de “revolução urbanística”, ocorrida na Capital paraibana no início do século XX. O trabalho apresenta ainda os principais elementos culturais da paisagem que fazem parte do entorno das praças e descreve algumas das principais intervenções realizadas nas mesmas, destacando-se as do início do século XX, no governo Camilo de Holanda, as do governo Tarciso Burity e de Damásio Franca, em 1981 e a última em 2007, no governo Ricardo Coutinho. Em um segundo momento da pesquisa, procurou-se analisar a dinâmica espacial da paisagem urbana no contexto atual, em um recorte temporal dos últimos três anos, no qual se verificou questões que se relacionavam com o cotidiano das praças nas suas mais diferentes formas. Constatou-se ainda de forma empírica, em visitas às praças, que ambas ainda exercem uma função social em um espaço de convívio coletivo. Para alcançar os objetivos propostos aos questionamentos apresentados, foram utilizados como recursos metodológicos: a pesquisa teórico-conceitual, a pesquisa de campo, os meios eletrônicos (internet) e também uma extensa documentação fotográfica.

Palavras-Chave: Praças públicas; paisagem urbana; cidade de João Pessoa.

ABSTRACT

The main objective of this work is to make a historical research of the squares called Aristides Lobo and Pedro Américo in the city of João Pessoa, state of Paraíba, Brazil. Based on a geographic observation from a temporal perspective, we addressed in a first moment, the processes of formation of these public spaces by means of the called "urban revolution" which, according to historic authors, occurred in the capital of Paraíba at the beginning of the 20th century. In addition, we presented the main cultural elements of the landscape that are part of the surroundings of the squares. It was also described some of the main interventions carried out in the squares, highlighted in this work those of the beginning of the 20th century in the Camilo de Holanda Government, followed by those of the Government Tarciso Burity and Damásio Franca in 1981 and the last in 2007 in the Ricardo Coutinho Government. In a second moment of the research, we tried to analyze the spatial dynamics in the current context, in a temporal cut of the last three recent years, in which it was verified issues that were related to the daily life of the squares in their most different forms. It was also found empirically, in visits to the squares, that both of them still exercise a social function in a space of collective conviviality. In order to reach the proposed objectives, we used as methodological resources the theoretical-conceptual research, field research, the electronic media (internet) and also an extensive photographic documentation.

Keywords: Public spaces; urban landscape; city of João Pessoa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. 1910 - Panorâmica da Praça Pedro Américo.	17
Figura 2. Antiga Praça Comendador Felizardo, 1921.	18
Figura 3. Demolição e construção de novos espaços	20
Figura 4. Praça Aristides Lobo, lado norte, na primeira metade do século XX.	27
Figura 5. Imagem atual do lado norte da Praça Aristides Lobo.	28
Figura 6. Símbolos da Praça Aristides Lobo.	29
Figura 7. Antigo prédio das Secretarias e Assembleia Legislativa.	30
Figura 8. Avenida Guedes Pereira, antiga Rua do Fogo.	32
Figura 9. Estátua do poeta popular Caixa D'água em plena Praça Aristides Lobo.	33
Figura 10. Comércio no interior da Praça Aristides Lobo.	35
Figura 11. Comércio formal no entorno das praças	36
Figura 12. Os Lambe-lambes	39
Figura 13. Monumento em homenagem ao pintor Pedro Américo.	41
Figura 14. Paço Municipal.	42
Figura 15. Edifício do 1º Batalhão, antigo Quartel de Linha.	43
Figura 16. Teatro Santa Roza.	46
Figura 17. Primeiro coreto da Praça Pedro Américo.	51
Figura 18. Segundo coreto da Praça Pedro Américo.	52
Figura 19. Balaustrada da Praça Aristides Lobo na primeira metade do século XX.	54
Figura 20. Placa indicativa da reinauguração em 1981.	56
Figura 21. Placa informativa de que na Praça Pedro Américo existiu uma feira livre.	56
Figura 22. Barracas antes da reforma de 2007.	58
Figura 23. Comércio irregular de venda de comida	59
Figura 24. Processo de revitalização.	60
Figura 25. Panorama da Praça Aristides Lobo sem as barracas.	61
Figura 26. Imagem atual dos quiosques padronizados desde a última reforma em 2007.	61
Figura 27. Panorama do estacionamento na Praça Aristides Lobo em 2005.	62
Figura 28. Lago e ponte da Praça Pedro Américo, década de 1920.	63
Figura 29. Antigo chafariz da Praça Pedro Américo, 2005.	64
Figura 30. Estátua de Augusto dos anjos.	64
Figura 31. Descarte de lixo no entorno das árvores	66

Figura 32. Escultura do poeta Caixa D'água danificada por vândalos.....	66
Figura 33. Muro lateral da balaustrada da Praça Aristides Lobo danificada.....	67
Figura 34. Manutenção por meio de pintura da balaustrada e do busto de Aristides Lobo. ...	68
Figura 35. Veículos estacionados em cima da calçada.....	69
Figura 36. Momento em que turistas tiravam foto na Praça Pedro Américo.	71
Figura 37. Culto religioso realizado na Praça Pedro Américo.	72

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização das Praças Aristides Lobo e Pedro Américo.	14
Mapa 2. Delimitação do Centro Histórico de João Pessoa.	23
Mapa 3. Cobertura Arbórea das praças.....	34
Mapa 4. Mapa ilustrando o local do antigo Campo do Conselheiro Diogo, 1855.	40

LISTA DE SIGLAS

IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
IPHAN	Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional
CEARTE	Centro Estadual de Artes do Estado
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
COPAC	Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa
SEDURB	Secretaria do Desenvolvimento Urbano
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura
EMLUR	Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana
SEGAP	Secretarias de Governo e Articulação Política
SEDESP	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção
FUNJOPE	Fundação Cultural de João Pessoa
SEMAM	Secretaria do Meio Ambiente
SEDES	Secretaria do Desenvolvimento Social
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
SINDIAMBULANTES	Sindicato dos ambulantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	14
CAPÍTULO I	15
A CIDADE DA PARAHYBA NA VIRADA DO SÉCULO XX	15
CAPÍTULO II.....	22
ELEMENTOS DA PAISAGEM URBANA, ASPECTOS LEGAIS E HISTÓRICOS DAS PRAÇAS ARISTIDES LOBO E PEDRO AMÉRICO	22
2.1 DISCUSSÃO E CONCEITOS	24
2.1.1 Memória Urbana e Aspectos Iconográficos	24
2.1.2 Conceitos de Praça Pública.....	26
2.2 PRAÇA ARISTIDES LOBO.....	27
2.2.1 Elementos Históricos: O Jornalista e Político Aristides Lobo.....	36
2.2.2 Passado e Presente: Os Lambe-Lambes	37
2.3 PRAÇA PEDRO AMÉRICO	39
2.3.1 O Pintor Pedro Américo: Biografia	47
2.3.2 Paisagens do Passado: Os Coretos da Praça Pedro Américo	48
CAPÍTULO III	53
RECORTE DAS PRINCIPAIS INTERVENÇÕES NAS PRAÇAS ARISTIDES LOBO E PEDRO AMÉRICO	53
3.1 CONSTRUÇÃO DAS PRAÇAS ARISTIDES LOBO E PEDRO AMÉRICO POR CAMILO DE HOLANDA NO COMEÇO DO SÉCULO XX.	54
3.2 REFORMA DAS PRAÇAS PEDRO AMÉRICO E ARISTIDES LOBO NO GOVERNO DE TARCÍSIO BURITY E DO PREFEITO DAMASIO FRANCA, EM 1981.	54
3.3 RESTAURAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS PRAÇAS ARISTIDES LOBO E PEDRO AMÉRICO NO GOVERNO DO ENTÃO PREFEITO RICARDO COUTINHO, EM 2007.	57
CAPÍTULO IV AS PRAÇAS NA ATUALIDADE.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma pesquisa histórica das praças Aristides Lobo e Pedro Américo numa perspectiva geográfica de análise. Mostrando a dinâmica espacial dos principais processos de transformação do espaço urbano, impulsionadas principalmente por mudanças de mentalidade política e cultural do início do século XX, conforme relatos dos principais autores consultados. Além disso, procurou-se também identificar os elementos mais relevantes da paisagem, contidos nesse espaço urbano, que abrange as duas praças contíguas. Assim, buscou-se levar em consideração os diversos aspectos de formação desse respectivo espaço público, tendo como pressupostos momentos históricos de consolidação de uma área de convivência social, considerados os requisitos para o estudo desse espaço geográfico.

Partimos de um recorte histórico da primeira metade do século XX, período este de grandes reformas urbanísticas no Brasil. Consideramos ainda na análise os principais fatos que trouxeram um processo de transformação, com fortes reflexos no Estado da Paraíba e, principalmente, na Capital, como a modernização a partir de 1911, promovida nos governos de João Machado, seguido por Camilo de Holanda, Solón de Lucena e finalizando com a mudança do nome da Capital por conta da Revolução de 1930. Modernização patrocinada, sobretudo, pelos recursos da cultura algodoeira e também pela chegada de Eptácio Pessoa, paraibano, à presidência do país.

Essas reformas contribuíram no processo de consolidação dos novos espaços, como as áreas de interesse coletivo que, ao longo dos anos, passaram também por intervenções urbanísticas visando resgatar o sentido de espaço público, valorizando assim os elementos culturais, inseridos na paisagem.

A formulação do problema desta pesquisa teve como base o processo histórico e geográfico de formação da paisagem e do espaço urbano das praças Aristides Lobo e Pedro Américo. Buscando assim, elaborar um estudo fundamentado na perspectiva dos conceitos geográficos ligados à memória do lugar.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de formação histórica e geográfica das praças Aristides Lobo e Pedro Américo por meio da dinâmica espacial, transformação e valorização dos elementos culturais, percebido pelo seu rico acervo arquitetônico, cultural e ambiental. Além da importância dessas áreas de convívio coletivo para a população.

Como objetivo específico tratou-se de observar a formação do espaço urbano ao longo dos anos e seus reflexos no desenvolvimento desses logradouros. Procurou-se também apresentar os elementos formadores desses espaços e sua importância na paisagem urbana, como também responder se esses espaços públicos ainda desempenham sua função social.

Para a realização deste trabalho foi utilizada como arcabouço metodológico, a pesquisa bibliográfica, consulta a meios eletrônicos (internet), pesquisa de documentação fotográfica, trabalho de campo e entrevistas informais no local de estudo.

Como um dos principais recursos metodológicos, a fotografia foi utilizada amplamente neste trabalho para justificar a análise tanto da pesquisa teórico-conceitual como a empírica, uma vez que, é muito utilizada nas ciências humanas, principalmente, numa abordagem transdisciplinar. Neste sentido, de igual valor aos estudos teóricos, este método nos auxiliou no resgate da memória urbana do lugar pesquisado, contribuindo assim para a compreensão do espaço urbano no decorrer do tempo.

Acerca do primeiro capítulo, o assunto se desenvolveu na busca de um resgate histórico da Cidade da Parahyba na virada do século XX e seus reflexos no processo de transformação da paisagem por meio das primeiras intervenções realizadas pelos Presidentes João Machado, Camilo de Holanda, Solon de Lucena e do Prefeito Guedes Pereira.

O segundo capítulo descreve os elementos inseridos na paisagem e o recorte histórico das praças Aristides Lobo e Pedro Américo. Trazendo também os períodos de formação e atribuindo alguns atributos aos atores formadores desses espaços. Nesse capítulo, ainda foram realizadas entrevistas informais com os profissionais da arte fotográfica em praças e jardins públicos, os “lambe-lambes”.

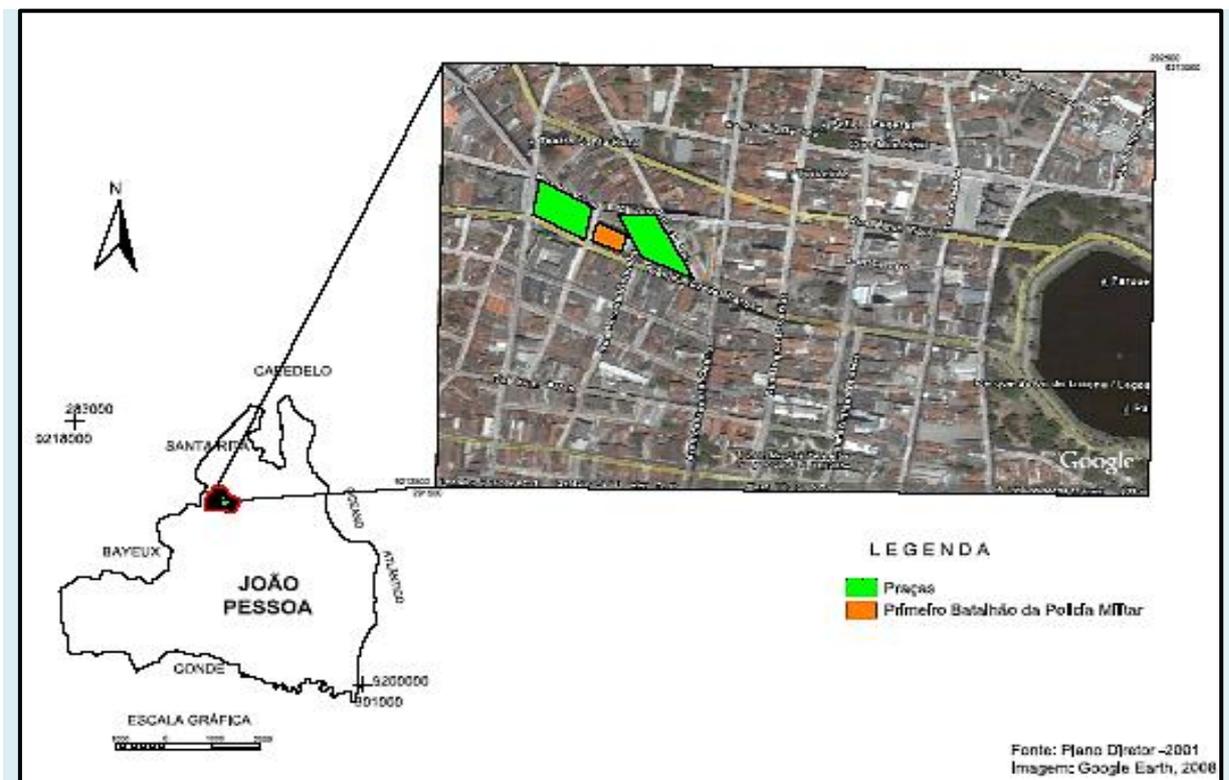
No terceiro capítulo foram abordadas as principais intervenções urbanísticas ocorridas nesses logradouros públicos. Seus reflexos para a sociedade e o desejo de resgate dessas áreas como espaços de convivência social.

O quarto capítulo discutiu a atualidade das praças, trazendo elementos do cotidiano para a reflexão do espaço urbano. Dentre esses elementos, observaram-se algumas situações, como: o vandalismo ao patrimônio público, a presença de turistas e também o uso desses espaços para encontros destinados a cultos religiosos.

Portanto, tentou-se demonstrar nesta pesquisa a importância da descrição e da observação da paisagem como métodos de análise para retratar os fenômenos de transformação e consolidação desses espaços geográficos, não esquecendo, porém, a necessidade de um arcabouço teórico metodológico para fundamentar a ciência geográfica no estudo relacionado à produção do espaço urbano.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O objeto de estudo tem sua localização geográfica no Centro da cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, Brasil (mapa1). As praças Aristides Lobo e Pedro Américo encontram-se inseridas no Centro Histórico da Capital e são delimitadas por importante conjunto arquitetônico entre as compartimentações geomorfológicas da Cidade Alta e da Cidade Baixa.



Mapa 1. Localização das Praças Aristides Lobo e Pedro Américo.
Fonte: Plano Diretor.

CAPÍTULO I

A CIDADE DA PARAHYBA NA VIRADA DO SÉCULO XX

A partir da primeira metade do século XX, observa-se um forte processo de modernização da capital paraibana. Segundo Mello (1990), este desenvolvimento veio acompanhado por uma intensa transformação no entendimento político e cultural da época. De acordo com Aguiar e Octávio (1989, p. 135): “A partir de 1912, tivemos a mudança de situação política, com o revezamento dos quadros governamentais e o aparecimento de novos valores na vida pública”. Entre tantos nomes relevantes da época, temos: os Presidentes João Machado, Castro Pinto, Camilo de Holanda, Solon de Lucena, João Pessoa, além do grande Prefeito Guedes Pereira. Vale salientar que neste período, o paraibano Eptácio Pessoa ascendia à Presidência da República. Como se pode perceber, é a partir da consolidação da República, com a confiança no “país do futuro” e com o apoio das elites, que reformas urbanísticas irão ocorrer tanto na Parahyba, como também no Brasil. (ABREU, 2011, p. 22-23).

Conforme Aguiar e Octavio (1989, p. 134) pode-se dizer que: “de 1910 a 1924, a Capital experimentou fase de constante progresso, adquirindo o aspecto aprazível que a caracteriza.” Diante deste quadro de revolução urbana ocorrido no início do século XX, podemos citar algumas dessas intervenções, como, o primeiro abastecimento de água encanada, “imaginado por Álvaro Machado” (MELLO, 1990, p. 36), mas construído e inaugurado pelo seu irmão, João Machado, em 21 de abril de 1912. Almeida (1997, p. 118) acrescenta também que: “A Paraíba só entrou na era da eletricidade no governo João Machado, que inaugurou, em 1912, a luz elétrica na capital, com 500 lâmpadas de 32 velas cada.” Vieram também os bondes elétricos, antes puxados a burro, estes inaugurados em 19 de fevereiro de 1914. Além disso, pavimentou ruas e ainda abriu a avenida que hoje leva o seu nome. Portanto, não é exagero afirmar que esse período marca o início da modernização da capital paraibana, tendo como consequências futuras uma nova reorganização do espaço geográfico.

No que se refere ao Presidente João Pereira de Castro Pinto (1912-1915), pode-se dizer que ele não ficou conhecido por grandes obras; mesmo assim, é preciso lembrar que foi em seu governo que houve à reforma da fachada do Palácio do Governo, o qual conserva seus traços arquitetônicos até os dias atuais. (AGUIAR; OCTÁVIO, 1989). Do mesmo modo, empenhou-se em “redefinir o espaço do poder público”. Sob sua determinação retirou as

eleições gerais das igrejas, além de acabar com a segurança privada que ficava responsável em manter a ordem na cidade. (MELLO, 1990, p. 95).

Assim, a capital paraibana ia ganhando novas formas no espaço, porém sem perder suas características herdadas de tempos passados. Mello (1990) lembra que entre 1910 e 1920, os presidentes João Machado (1908-1912) e Camilo de Holanda (1916-1920), este acompanhado pelo prefeito Diógenes Pena, foram responsáveis pela nova configuração do espaço urbano da Capital.

Deste modo, as primeiras décadas do século XX marcam um momento de grandes transformações na paisagem urbana da cidade. Para isso, renomados engenheiros e arquitetos foram convocados, ambos com inspirações modernistas. É preciso lembrar, contudo, que eles não “criaram uma nova era de arte e beleza”, mas, com toda a certeza, contribuíram na formação de um novo conceito urbanístico adotado pela Capital. Entre eles, destacaram-se Pascoal Fiorillo, Olavo Freire, Clodoaldo Gouveia e Di Lascio. (AGUIAR; OCTÁVIO, 1989)

Dentre algumas dessas realizações, podem-se citar as obras feitas pelo engenheiro italiano Pascoal Fiorillo na Praça Venâncio Neiva e o **Grupo Escolar Dr. Tomás Mindello**. Por outro lado, Olavo Freire ficou responsável pelas obras na Escola Normal e a rotunda das Trincheiras. Coube então ao arquiteto Mário Glauco di Lascio o projeto e a construção das **Praças Aristides Lobo** e a do Carmo. Não apenas estes já citados, mas outros importantes nomes da engenharia e arquitetura, como por exemplo, Gioia e Clodoaldo Gouveia, este último se destacando pela construção do **edifício dos Correios e Telégrafos** e o Paraíba Hotel. Assim, todos estes nomes deixaram sua marca registrada nas formas das diversas construções que hoje fazem parte do patrimônio histórico-arquitetônico, cultural e social da cidade.(AGUIAR; OCTÁVIO, 1989, grifo nosso).

Já na administração Camilo de Holanda (1916-1920), a cidade da Parahyba passava por uma “pequena revolução urbanística” (MELLO, 1990, p. 36). Nesse período, o paraibano Eptácio Pessoa era eleito Presidente da República (1919-1922), o que garantiu ao Estado da Parahyba do Norte¹ o recebimento de grandes somas de recursos financeiros, valores como jamais vistos. Estes eram destinados, principalmente, a obras contra as secas, embora outras áreas de interesse também fossem beneficiadas com o aval do governo federal. A ascensão de Eptácio Pessoa ajudou em muito o governo de Camilo de Holanda a realizar inúmeras obras por toda a cidade. Pode-se citar, como exemplo: aberturas de ruas, avenidas,

¹Parahyba era o nome da capital paraibana até meados de 1930, quando ocorreu a revolução e o nome foi mudado para João Pessoa. Já o nome de Parahyba do Norte se refere ao nome do Estado no início do século XX.

construção de prédios e logradouros públicos. Entre estes, é bom lembrar a construção das **Praças Aristides Lobo e Pedro Américo (antigo Largo do Quartel)**. Nesse sentido, Mello (1990, p. 37) relata a intenção dessa administração em mudar o “aspecto colonial” da capital. (figura 1).



Figura 1. 1910 - Panorâmica da Praça Pedro Américo.

Observa-se ao fundo o antigo quartel do Exército, há muitos anos reconstruído e ocupado pela Polícia Militar. Nele, precisamente na ala esquerda funcionou há mais de seis décadas a Assembléia Legislativa. (Foto Arquivo Arion Farias.) (AGUIAR, 1993, p. 155). Fonte: Imagem extraída vídeo YuoTube. (MEMORIAJAOPESSOA, 2016).

Nesse período, as reformas realizadas na cidade, principalmente, aquelas feitas em locais de uso coletivo ganharam um novo sentido no cotidiano da cidade. Segundo Aguiar (1993), a construção e a urbanização dos logradouros e jardins públicos faziam com que mais pessoas se sentissem atraídas a frequentar aqueles espaços. Antes, contudo, o lugar de convivência social era as igrejas. Mello (1990) descreve muito bem a importância, já naquela época dessas áreas de convívio público. Neste contexto, fica claro perceber a partir da descrição de Mello a sensação de alegria e liberdade proporcionada pelas praças e jardins existentes naquela época.

Por tais razões, cabe mencionar o conceito de “espaço social”, inicialmente proferida pelo sociólogo Émile Durkheim na década de 1890; mas entendido num sentido mais amplo da geografia humana, pelo geógrafo Maximilien Sorre, no qual observava “o espaço social como um mosaico de áreas, cada qual homogênea em termos das percepções do espaço por seus habitantes”. (BUTTNER, 1986, p. 68-69). Assim, o sociólogo-etnólogo Chombart de Lauwe, a partir das ideias de Sorre vai empregar esse conceito em seus “estudos urbanos empíricos”, onde esclarece com muita propriedade que “o espaço social urbano

conota uma hierarquia de espaços, dentro dos quais os grupos vivem, movem-se e interagem”. (BUTTNER, 1986, p. 71).

Sendo assim, Aguiar (1993, p. 315) apresenta o sentido das relações sociais com o lugar, quando diz que até as jovens moças da época tiveram a permissão dos pais para frequentar aqueles espaços públicos, deixando assim a “reclusão forçada”. Em suma, com muita inteligência, Sawaya (1986, p. 94) faz referência ao espaço humanizado: “como um espaço construído por se caracterizar como um rearranjo que o indivíduo faz da natureza numa ampliação de sua esfera de ação e de sua maneira de ser enquanto homem”. Dessa forma, a imagem da Praça Comendador Felizardo, atual Praça João Pessoa serve para ilustrar o sentido de espaço social que esses logradouros representavam como lugar de lazer e encontros (figura 2). Está praça também fez parte das transformações ocorridas na primeira metade do século XX, principalmente, entre os governos de Castro Pinto e Camilo de Holanda.



Chegando ao Governo de Solon de Lucena (1920-1924), inicialmente é preciso lembrar que este sucedera a Camilo de Holanda. A chamada “revolução urbanística” vinda desde João Machado não parou na sua administração. Na verdade, ocorreu uma forte continuidade no processo de modernização da Capital. É por isso que a década de mil novecentos e vinte ficou marcada na História da Paraíba como um período de grande

desenvolvimento do espaço urbano da capital. Conforme Mello (1990, p. 37), “graças ao dinamismo do prefeito Guedes Pereira, que fez a nova cidade, desde a velha Lagoa, por ele transformada em parque público, à abertura de novos bairros, que hoje se estendem para os lados de Tambaú”. Portanto, o que chama mais atenção neste período foi o fato do Presidente Solon de Lucena e do Prefeito Walfredo Guedes Pereira (1921-1924) compartilharem dos mesmos objetivos em prol da modernização da cidade. Nas palavras de Aguiar e Octávio (1989, p. 55), este empreendedorismo teve como base, critérios relacionados aos “impulsos” do progresso, uma vez que, eles são um dos “precursores do *rush*² de fortalecimento da capital”, ocorrido desde as primeiras décadas do século XX.

No entanto há um fator que é necessário esclarecer em relação a toda essa euforia e dinamismo na administração estadual das primeiras décadas do século XX. Isso diz respeito aos recursos financeiros vindo da comercialização do algodão, que garantiram a acumulação de riqueza no Estado da Paraíba do Norte durante a primeira República. Recursos estes responsáveis pelas reformas urbanísticas que transformaram a paisagem da cidade com a construção de novas praças, algumas ornadas de coretos importados da Europa; abertura de novas vias e a construção de prédios públicos. (MELLO, 1990).

A importância do algodão no esforço de guerra valorizalo-á, consideravelmente, sendo que, graças aos esforços de sucessivos governos como o de João Suassuna (1924/8), a Paraíba já despontará, na administração seguinte como o principal produtor algodoeiro do Brasil, o que vale dizer – era em termos desse produto que se centrava a acumulação de capital da economia paraibana e a fonte dos recursos utilizados no embelezamento da cidade da Paraíba. (MELLO, 1990, p. 30).

Em virtude dessas considerações, o processo de modernização da Capital veio justamente da renda proveniente do chamado “Ouro Branco”, como era conhecido o algodão que representava a fonte de acumulação de capital da economia paraibana da época.

Já em 1927, na administração do então Prefeito Oswaldo Pessoa, chegaram os primeiros ônibus urbanos. O saneamento também fez parte do progresso no começo do século XX. “O primeiro serviço de saneamento da Capital teve início em 1922. Mas sua inauguração somente aconteceu em 1928. O trabalho foi executado pela empresa do engenheiro Saturnino de Brito, contratada pelo Governo do Estado.”(AGUIAR, 1993, p. 337-338).

Porém, é necessário observar que essas transformações no espaço urbano tiveram como consequência a perda de um valioso patrimônio histórico e cultural no Centro da

² O chamado *rush* de fortalecimento da capital foi empreendido pelo Presidente João Pessoa com o intuito de promover o comércio por meio de forte tributação de mercadorias, além da criação do Porto de Cabedelo. (AGUIAR; OCTÁVIO, 1989, p. 55).

Capital. Tal é o caso das antigas igrejas demolidas para a construção de novos logradouros públicos, ruas, avenidas e vias de passeio. (MELLO, 1990). Só para ilustrar, pode-se mencionar o caso da Igreja das Mercês que foi transferida para a Avenida Padre Meira para a abertura de uma nova via na cidade. Hoje, a área onde antes existia a igreja vê-se a Praça 1817 (figura 3).

Com a transferência dessa edificação religiosa para as proximidades da Lagoa do Parque Solon de Lucena, o largo das Mercês foi convertido numa praça – 1817 [...]. A Igreja das Mercês tornou-se assim mais uma das igrejas do centro de João Pessoa, transferidas, em pouco mais de dez anos, em face da urbanização efetuada na área. Sua nova localização verificou-se dois quarteirões abaixo, na nova avenida Padre Meira [...]. (MELLO, 1990, p. 51)



Outro momento importante nesse período foi à Revolução de 1930, quando a Cidade da Parahyba “passará a denominar-se João Pessoa”. (MELLO, 1990). Esse fato ocorreu devido à comoção do povo paraibano que exigiu da Assembleia Legislativa a mudança do nome da capital, bem como a confecção de uma nova bandeira³. A intenção era homenagear o então Presidente do Estado, assassinado em Recife, capital do Estado de Pernambuco. (AGUIAR, 1993).

Deste modo, o novo nome da capital foi alterado pelo Projeto de Lei nº 700, de 4 setembro 1930. Projeto este de iniciativa dos deputados Generino Maciel, Argemiro de Figueiredo, João José Maroja e João Maurício de Medeiros. (FREIRE, 1985).

³ “O povo também queria uma bandeira. Foi feito o projeto pelos deputados e aprovado em três discussões. Mas, o Vice-Presidente em exercício vetou-o. Após a revolução, a Bandeira foi criada: um flâmula preta e rubra, com a Palavra NEGÓ.” (FREIRE, 1985, p. 161)

A Paraíba vivia assim, desde 29 de julho de 1929, quando o presidente do Estado, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque negou apoio ao Dr. Júlio Prestes, candidato do governo federal à presidência da República. É o chamado **Dia do Nego**, inscrito com coragem e altivez no calendário cívico da nossa terra. (AGUIAR, 1993 p. 327, grifo do autor).

Antes, cabe registrar algumas de suas realizações, tal como, a atual Praça Antenor Navarro e a reforma do antigo Tesouro do Estado (atual Comando Geral da Polícia Militar), outrora conhecido também como Secretaria da Agricultura, onde até hoje se pode ver em sua fachada o nome em alto relevo, lembrando assim a história daquela edificação para a cidade e para as Praças Aristides Lobo e Pedro Américo. O Presidente João Pessoa também idealizou e iniciou o Pavilhão do Chá, porém foi construído no Governo Antenor Navarro. (MELLO, 1990).

De acordo com Mello (1990, p. 99-101), pouco antes da Revolução de 1930, é preciso saber que o Presidente João Pessoa usava de alguns meios para dizer o que pensava sobre o sistema político da época. O Estado da Paraíba estava dividido por conta do “coronelismo feudal” do Sertão, mencionado por Aguiar (1993, p. 327) e também pela divisão da sociedade na capital, formado por funcionários públicos e estudantes. Mello (1990) descreve que ele mandou tirar os gradís de ferro que cercava o coreto do Jardim Público que ficava no centro da praça. Isso tinha como significado a divisão de classes existente na época onde de um lado ficava a classe alta e média, enquanto, o chamado “povão” ficava do lado de fora do cercado. Logo, o que ele pretendia era o uso da praça como símbolo de insatisfação política. Ainda segundo Mello (1990, p. 101, grifo do autor) “sob esse aspecto antecipatório da Revolução de 30, proposta radical de quebrar os quadros de ferro da velha oligarquia rural consorciada com o patriciado urbano das cidades, em proveito da ascensão da classe média”. Por tais razões, entende-se o uso da praça desde os helênicos como palco de discussões e debates políticos. (MACEDO; ROBBA, 2002).

Portanto, esses acontecimentos apenas ilustram o desenvolvimento histórico da cidade da Parahyba (atual João Pessoa) ao longo das primeiras décadas do século XX, conseqüentemente, tendo fortes reflexos na sua paisagem. Vale ressaltar, que, esta época marca a formação de vários espaços públicos presentes até os dias atuais. Santos (2006, p. 67) nos lembra que “a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal”, isto é, um processo de construção por meio de forças que atuam em determinado espaço ao longo do tempo. As praças e jardins públicos aparecem nesse sentido como formas espaciais inseridas em um momento histórico de transformação política, social e também cultural da sociedade da Capital paraibana.

CAPÍTULO II

ELEMENTOS DA PAISAGEM URBANA, ASPECTOS LEGAIS E HISTÓRICOS DAS PRAÇAS ARISTIDES LOBO E PEDRO AMÉRICO

A Paisagem como categoria de análise geográfica aparece como objeto de estudo do espaço visível, associado aos diferentes níveis de atividade da sociedade. Nas palavras de Santos (2006, p. 67): “A paisagem existe através de formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual”.

Neste contexto, nas Praças Aristides Lobo e Pedro Américo se relacionam plenamente aos elementos culturais e humanos inseridos nesse espaço geográfico, onde presente e passado convivem, devendo estar, portanto, harmonicamente associados aos setores responsáveis pela sua manutenção e conservação. Dentre os elementos da paisagem das praças, pode-se citar: os monumentos, as edificações e a própria ação humana que faz uso desse espaço público.

Assim, localizadas no Centro Histórico da Cidade de João Pessoa, as Praças Aristides Lobo e Pedro Américo desempenham influência histórica e geográfica, pois possuem importante acervo cultural e arquitetônico.

De acordo com Maia (2008), pode-se dizer que a organização do Centro Histórico ou Tradicional de João Pessoa obedece aos limites estabelecidos tanto pelo Plano Diretor Municipal, bem como pelo Instituto do Patrimônio Histórico do Estado da Paraíba (IPHAEP). Ainda conforme Maia (2008, p. 21): “O Centro Histórico da cidade de João Pessoa foi criado no ano de 1982 através do Decreto nº 9.484 – IPHAEP, cuja delimitação corresponde com a cidade erguida até o século XIX”. No entanto, vale salientar que a área da Praça Pedro Américo e seu entorno foram redelimitados pelo IPHAEP por meio do Decreto 25.138 de 28 de junho de 2004.

Sendo assim, os espaços compreendidos das Praças Pedro Américo e Aristides Lobo se inserem no perímetro de atuação do Instituto do Patrimônio Histórico do Estado da Paraíba (IPHAEP) (mapa 2). Levando-se em consideração a área de abrangência do Centro Histórico de João Pessoa, faz-se necessário discorrer sobre as funções do IPHAEP, conforme decreto nº 7.819, de 24 de outubro de 1978.

Art 1º- Ficam sob a proteção e vigilância do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do estado da Paraíba, órgão desconcentrado da Secretaria da Educação e Cultura, os bens móveis e imóveis, atuais e futuros, existentes nos limites de seu território, cuja apresentação seja de interesse público, a saber:

I – construções e obras de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativas de determinada época ou estilo;

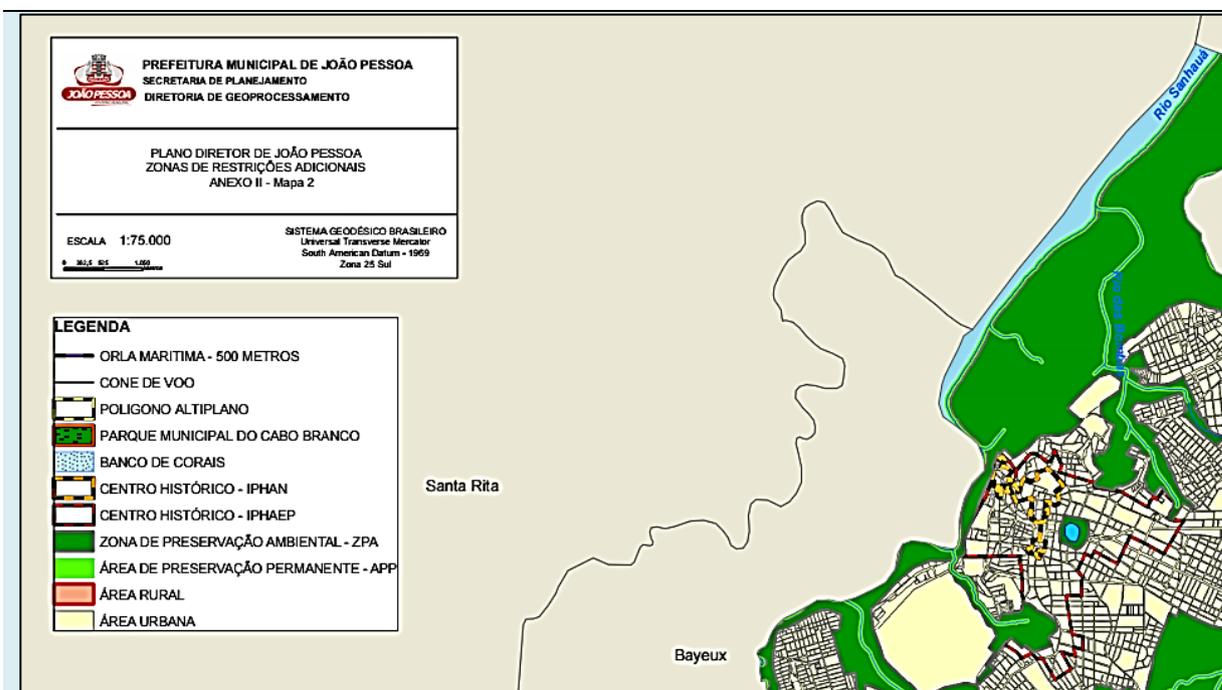
II – Edifícios, monumentos, documentos e objetos intimamente vinculados a fatos memoráveis da História local ou a pessoa de excepcional notoriedade;

III – Monumentos naturais, sítios e paisagens inclusive os agenciados pela indústria humana, que possuam especial atrativo ou sirvam de “habitat” a espécimes interessantes da flora e da fauna locais;

IV – Bibliotecas e arquivos de acentuado valor cultural;

V – Ruas, logradouros, praças largos, tudo enfim que possa caracterizar o ambiente histórico-arquitetônico de quaisquer cidades do Estado.

Vale dizer também que em conformidade com a Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (Copac-JP), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reconheceu em 6 de dezembro de 2007, o Centro Histórico de João Pessoa como patrimônio nacional, sendo assim inscrito nos livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Isso, porém, não significa que a delimitação da área atendida pelo IPHAEP seja a mesma do IPHAN, conforme mapa da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP).



Mapa 2. Delimitação do Centro Histórico de João Pessoa.

Delimitação do Centro Histórico de João Pessoa pelos critérios estabelecidos pelo IPHAEP e também pelo IPHAN. Segundo estes critérios, as praças Aristides Lobo e Pedro Américo se encontram no perímetro de abrangência do IPHAEP conforme mapa acima. (Recorte do Mapa do Plano Diretor de João Pessoa: ANEXO II MAPA 2 ZONAS DE RESTRIÇÕES A3 JANEIRO 2012). Fonte: (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2017).

2.1 DISCUSSÃO E CONCEITOS

2.1.1 Memória Urbana e Aspectos Iconográficos

Quanto ao uso das imagens, inicialmente, é preciso saber da importância do material iconográfico⁴ para justificar a relação do espaço visível com a memória urbana, ao longo do processo histórico e geográfico de transformação da paisagem. Kossoy (2001, 55) afirma que: “as imagens que contenham um reconhecido valor documentário são importantes para os estudos específicos [...], pois representam [...] uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural”.

A fotografia na qualidade de documento histórico surge no desenvolvimento das ciências no período da Revolução Industrial, aonde diversas invenções vão surgir e mudar os rumos da história moderna. Sendo assim, este novo recurso apresenta-se como fonte importante de apreensão de informação e conhecimento. (KOSSOY, 2001, p. 25). Seguramente, as formas pelas quais a fotografia se expressa, demonstram a importância dessa técnica na identificação dos mais variáveis aspectos contidos na paisagem, tendo abordagem interdisciplinar no campo das ciências humanas (SILVA, 1996, p. 79).

Kossoy (2001, p. 45-47) chama a atenção que a fotografia é um todo de informações provenientes do passado, pois guarda em si um recorte espacial perceptível da realidade. O mais significativo, no entanto, é verificar que o elemento fotográfico representa uma fonte histórica, no qual se evidencia pelo “conjunto de materiais e técnicas” que formam “um todo indivisível” integrado a um documento. Tal perspectiva de análise, por meio da fotografia, assegura um recurso metodológico que garante uma experiência na formação da pesquisa, haja vista as observações realizadas no tratamento dos dados fornecidos pelas imagens.

No Brasil, a fotografia surge na segunda metade do século XIX, no mesmo período da evolução técnica desse recurso ocorrida na Europa e nos Estados Unidos. Vale destacar que neste instante, no país, o uso da linguagem fotográfica era utilizado para uma “orientação ideológica” na formação de um pensamento de Estado com interesses em associar suas realizações com a nova técnica, no sentido de divulgar suas realizações, a exemplo, do campo das reformas estruturais. (SILVA, 1996, p. 79-80).

⁴ Representação de algo através de imagens, gravuras, fotos. Conjunto de imagens relativo a determinado assunto. (DICIO, 2017).

Ainda, de acordo com Silva (1996, p. 81), nesse período as “transformações na paisagem urbana da cidade brasileira são aceleradas”, ao mesmo tempo em que a evolução técnica da fotografia. Este novo recurso, por sua vez, passa a ser amplamente empregado devido a sua capacidade de armazenamento de informações visuais que nem a “memória humana” consegue mais apreender, dado a velocidade das diversas mudanças na paisagem, provenientes das mais diferentes fontes, registradas através das imagens e que ajudaram de certa forma, na formação de um novo conceito de modernidade surgida desde a segunda metade do século XIX e que se consolidaria a partir das primeiras décadas do século XX.

Cabe ressaltar a popularização da fotografia, sendo criados importantes acervos particulares por meio de álbuns fotográficos que ao mesmo tempo registravam o cotidiano da família e ao mesmo tempo registravam as paisagens das cidades, o que é hoje fonte indispensável de documentação iconográfica na análise da formação desses determinados espaços. “Com isso, a memória da cidade passa a ser armazenada por negativos de diversas ordens, à espera de quem queira através deles recordar o passado, seja por puro prazer nostálgico ou por interesse estético-cultural, ou então científico”. (SILVA, 1996, p. 81).

O método de análise fotográfica representa, nesse sentido, uma fonte de veracidade, pois se apoia na imagem, expressão de forma e conteúdo assimilado pela observação descrita em formato ilustrativo, muito utilizado como documento visual tanto pela Geografia quanto pelas demais ciências. A função desse recurso metodológico para a ciência geográfica é entre outros aspectos, retratar a diversidade inserida na paisagem. Daí a necessidade da prática empírica na execução desse procedimento para o levantamento de informações visuais no sentido de mostrar e interpretar o espaço. Sendo assim, a fotografia conta com inúmeros benefícios de relevância para a sociedade, possuindo “uma linguagem que informa a partir de uma expressão e estética próprias”. (SILVA, 1996, p. 82).

A heurística junto com a fundamentação através da imagem molda qualquer documento com recursos próprios à compreensão do tema apresentado.

As fotografias, como todos os documentos, monumentos e objetos produzidos pelo homem, têm atrás de si uma história, como já foi dito antes. Referindo-se ao valor autônomo da obra de arte como “um documento da história da sensação, do gosto e pensamento”[...]. (KOSSOY, 2001, p. 74).

Neste contexto, a Geografia Urbana vem de encontro com essa perspectiva, respaldada pelo método analítico teórico-conceitual e também pela análise iconográfica.

Nas palavras de Silva (1996, p. 84), “o estudo da memória apresenta-se como possibilidade de encaminhar soluções e alternativas presentes e futuras para as cidades, baseadas na sua própria identidade ou singularidade”. Em conformidade com as concepções de Silva (1996), Abreu (2011, p. 21) diz que o momento pretérito possibilita uma variação da “singularidade”. Assim, caracterizado na paisagem no aspecto de preservar a história e a cultura da cidade, visível no cotidiano dos lugares. Abreu ainda cita que as cidades brasileiras vêm buscando preservar o passado por meio do relacionamento da sociedade com suas memórias urbanas através de suas construções históricas.

Portanto, todos esses pressupostos servem para justificar o uso da imagem. Logo, entende-se que o resgate histórico para análise do espaço depende de tais fontes documentais, ora apreendidas por ilustrações dotadas de informações do passado e também do presente.

2.1.2 Conceitos de Praça Pública

A primeira observação importante a ser feita sobre esses espaços de convivência social diz respeito ao conceito, objetivando compreender, por meio das definições, a função que o espaço público exerce sobre as sociedades, desde a antiguidade clássica até os dias atuais.

Santos (1986, p. 97) explica que “o espaço não é matéria inerte. É dinâmico, é fluido, é algo que não se apreende [...]”, ou seja, é resultado de processos que se acumulam e que moldam o visível.

A ágora, historicamente, era o termo grego usado para definir o conceito de praça e também mercado público. Na antiguidade helênica era conhecido como o local onde se exercia a função política e religiosa, sendo o núcleo da vida política e administrativa da polis⁵. (HAROUEL, 1990, p. 13).

Nas palavras de Dizeró (2006, p. 7): a praça se define como: “O espaço público urbano, portador de símbolos, mítico, que congrega o imaginário e o real, marco arquitetônico e local de ação, palco de transformações históricas e socioculturais, é fundamental para a cidade e seus cidadãos”.

Em virtude do que foi mencionado, verifica-se o quanto desse espaço geográfico está integrado com a dinâmica espacial das cidades por meio da ação humana. As praças

⁵ Polis *s.f.* História. Comunidade cujo governo era desenvolvido pelos próprios cidadãos (homens livres, em grego: *politikos*), separando claramente o espaço público, do privado, regida por normas gerais, preceitos e um poder por eles guiado, realizava comércio com outras cidades, durante a Antiguidade Grega (século VIII a. C.): Pólis Grega.

dentre tantas definições existentes é colocada sempre como palco de articulações e integração social, sofrendo naturalmente transformações no espaço e na função de acordo com os interesses da sociedade em curso.

2.2 PRAÇA ARISTIDES LOBO

A Praça Aristides Lobo é o antigo Largo do Tesouro e foi construída no Governo Camilo de Holanda (1916-1920). Está localizada no espaço urbano, conhecido antigamente como Campo do Conselheiro Diogo, onde também se encontra a Praça Pedro Américo no Centro de João Pessoa. (MELLO, 1990). Dividindo este espaço das praças, encontra-se ao centro o atual Comando Geral da Polícia Militar da Paraíba (antigo edifício do Tesouro Provincial) e ao leste (lado oposto ao Comando Geral), fica o Centro Estadual de Artes (Cearte), antigo Grupo Escolar Dr. Thomás Mindello, construído em 1916. Na formação de sua paisagem, a praça apresentava vários elementos culturais, entre estes: áreas de convivência coletiva, comércio, vegetação, monumentos e prédios públicos.

As figuras 4 e 5 mostram detalhes do lado norte da Praça Aristides Lobo observado em dois momentos:



Figura 4. Praça Aristides Lobo, lado norte, na primeira metade do século XX.
Fonte: (SOUTO, 2017).



**Figura 5. Imagem atual do lado norte da Praça Aristides Lobo.
Fonte: Autor, 30/09/2017.**

Assim, como um dos elementos culturais da paisagem da Praça Aristides Lobo, a Balaustrada, construída em 1917, encontra-se na parte mais acidentada, delimitando na parte mais elevada o Cearte (Grupo Escolar Dr. Thomás Mindello) com as ruas Peregrino de Carvalho e também a rua da Areia. Ainda convém lembrar que “Seu busto está no topo da escadaria existente no logradouro que lhe guarda o exemplar nome.” (figuras 6). (AGUIAR, 1993, p. 145). Descendo a escadaria, na parte mais baixa, têm-se o acesso ao prédio do Comando Geral da Polícia Militar (antigo Tesouro Provincial) e também à Avenida Guedes Pereira (antiga Rua do Fogo).

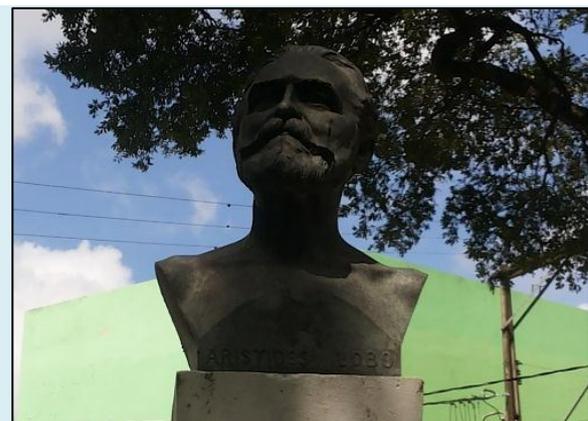


Foto A. Monumento em homenagem a Aristides Lobo. Fonte: Autor, 07/01/2016



Foto B. A segunda escadaria da Praça Aristides Lobo. Fonte: Autor, 08/09/2017.



Foto C. Balastrada da Praça Aristides Lobo. Fonte: Autor, 07/01/2016.

Figura 6. Símbolos da Praça Aristides Lobo.

Tendo em vista que a construção da balastrada teve como objetivo ornamentar o Largo do Tesouro (denominação dada ao antigo logradouro), bem como delimitar o espaço público em benefício dos transeuntes, uma vez que a área apresentava uma declividade de seu terreno. Coube, então, o projeto de execução dos trabalhos de reconstrução à firma de arquitetos construtores Cunha e Di Lascio. (MELLO, 1990).

Como bem descreve Aguiar (1993, p.145), “Frente à Praça Aristides Lobo vê-se o avoengo⁶ prédio onde se acha instalado o comando geral da Polícia Militar”. Esta construção se deu por volta do século XIX e tinha inicialmente o estilo neoclássico e constava apenas de um andar superior. Segundo Almeida (1997, p.119), “Por muitos anos as obras estiveram paradas, só reiniciadas em 1864, já agora por conta do governo, que deu à construção outra

⁶ Avoengo segundo (Minidicionário Aurélio) Ferreira (2000, p. 79), “*adj.* Procedente ou herdado de avós, ou relativo a eles, antepassados”.

finalidade, destinando-a a abrigar o tesouro provincial, a câmara municipal e o tribunal do júri”.

O edifício ao longo do século XX veio sendo remodelado, principalmente, no Governo do então Presidente Estadual João Pessoa (1928-1930), que reformou e acrescentou mais dois pavimentos, dispendo dessa forma de três andares sem contar a parte do térreo. Em razão disso, após a reforma o prédio passou a apresentar linhas arquitetônicas no estilo neocolonial; este ficando conhecido também como Palácio das Secretarias. (AGUIAR, 1993). Convém recordar que, entre 1960 a 1970 funcionava neste local a Assembleia Legislativa e a Secretaria de Agricultura do Estado (figura 7).

No período em que sediou o Poder Legislativo (até o governo de Ernani Sátiro), a sua parte térrea não se intercomunicava (da Praça Aristides Lobo à Praça Pedro Américo). Nos dias presentes, nele instalado como já se disse o comando da Polícia Militar, a frente principal passou a ser a que fica voltada para o logradouro que traz o nome do famoso pintor contrerrâneo. (AGUIAR, 1993, p. 146).



Foto A. Edifício do Tesouro Estadual, 1891.
Fonte: (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, 2017).



Foto B. Prédio do Comando Geral da Polícia Militar.
Fonte: Autor, 30/09/2017.

Figura 7. Antigo prédio das Secretarias e Assembleia Legislativa.

Fazendo parte do entorno das Praças Aristides Lobo e Pedro Américo, a Avenida Guedes Pereira (antiga Ladeira do Rosário e Rua do Fogo), também compõe a paisagem cultural desse importante espaço público, além de guardar importância histórica para o desenvolvimento desses logradouros públicos. Esta avenida era uma das vias de ligação entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa, como também à Rua Peregrino de Carvalho⁷ que fica ao norte (lado oposto) da Avenida Guedes Pereira.

⁷ Conforme Freire (1985, p. 84-88), José Peregrino de Carvalho é considerado um dos heróis da Paraíba. Participou da revolução de 1817, junto com outros revolucionários foi condenado e morto por enforcamento.

Segundo Aguiar (1993, p. 197):

Era na Ladeira do Rosário que começava o antiquíssimo Caminho das Cacimbas. Este descia quase em linha reta, originando posteriormente as Ruas do Fogo e das Flores, e ia terminar perto do Rio Sanhauá, onde estavam as cacimbas que abasteciam nos primeiros tempos a população. (AGUIAR, 1993, p.197).

Freire (1993, p.217, grifo do autor), com muita propriedade nos lembra quem foi Guedes Pereira, “*O grande Prefeito DR WALFREDO GUEDES PEREIRA o que transformou a Paraíba num Jardim. Foi o nosso “Passos” da Paraíba*”. Prefeito nomeado em 1921, pelo então Presidente do Estado, Solon de Lucena. Seguindo com seu trabalho, “Assessorado por uma comissão de técnicos, Guedes Pereira organizou a planta da cidade, realizando a abertura de inúmeras avenidas, ruas, praças e parques.” (FREIRE, 1985, p.218). Nas palavras de Aguiar (1993, p. 197), o Prefeito Guedes Pereira foi considerado um competente e excelente administrador, o melhor dos últimos quatrocentos anos. Sendo assim, homenageado, dando seu nome a uma das mais importantes avenidas da capital (figura 8).



Foto A. Avenida Guedes Pereira na primeira metade do século XX.

Fonte: (RIOPOSTAL, 2007).



Foto B. Panorama atual da Avenida Guedes Pereira.

Fonte: Autor, 27/08/2017.

Figura 8. Avenida Guedes Pereira, antiga Rua do Fogo.

Dentre os monumentos existentes na Praça Aristides Lobo, vale lembrar a escultura de iniciativa da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) em memória de Manoel José de Lima, mais conhecido como “Caixa D’água”. A referida estátua, de autoria de dos artistas plásticos Domingos Sávio e Mirabeau Menezes foi esculpida em concreto e inaugurada em 2007, no governo do então Prefeito Ricardo Coutinho. Já em 2010, a estátua foi substituída por uma peça feita em bronze, esculpida pelo pernambucano Jurandir de Oliveira Maciel, essa última mais resistente à ação de vândalos (figuras 9). Lembrando que o órgão responsável pelas obras de arte na Capital é a Copac-JP. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2010).



**Figura 9. Estátua do poeta popular Caixa D'água em plena Praça Aristides Lobo.
Fonte: Autor, 2016.**

Vale destacar um comentário feito pelo poeta popular Caixa D'água, quando disse certa vez em entrevista ao “Correio das Artes”, periódico literário dos mais antigos do Brasil que: “imortal é o homem que fica na lembrança”. (FERREIRA, 2006). Ainda conforme Ferreira, o poeta queixava-se da falta de apoio dos governantes, uma vez que segundo ele faltava ajuda aos escritores pobres.

É certo que:

A vida inteira percorreu as ruas da capital do Estado, João Pessoa, a pé, como um peregrino, para não fugir da prosódia pessoense. Pobre, sim, maltrapilho nunca. Ao contrário: envergava invariavelmente um terno de linho branco, embora nem sempre tão branco assim, com nódoas amareladas e manchas de sujeira denunciando o desleixo e a pobreza do dono. (PINTO, [2017]).

Manoel José de Lima, o saudoso “Caixa D'água” (1934-2006), nasceu na cidade de Cruz do Espírito Santo e veio para capital ainda garoto. O poeta, não apenas era conhecido pela sua vida boemia, pela cachaça, mas também pelos seus versos. O mesmo gostava de andar bem arrumado, sua roupa preferida era o terno de linho branco e também não deixava sua maleta preta. Esta característica de se vestir era típica do então poeta popular. (PINTO, [2017]). Aqui, pode-se também mencionar algumas de suas obras, como por exemplo, “O apaixonado das Madrugadas”, de 1979 e “Ernani Sátyro, um depoimento Sobre um Gênio” de 1993. Portanto, coube a homenagem em forma de estátua ao poeta popular, valorizando o patrimônio cultural da Praça Aristides Lobo.

Elemento comum às duas praças, a vegetação se diferencia por apresentar uma cobertura arbórea formada em sua maioria por pés centenários de oitizeiro, árvore de grande porte com copas largas e densas e alguns novos pés de palmeiras imperiais, essas ainda de médio porte. Além disso, vê-se, um jardim com características ornamentais com plantas e árvores de menor porte, localizado principalmente entre as laterais das duas tradicionais escadarias que delimitam o terreno mais acidentado da Praça Aristides Lobo. Quanto à Praça Pedro Américo, a vegetação destaca-se apenas pelas árvores de grande porte.

A conservação e a preservação do conjunto arbóreo das praças são feitas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da Secretaria de Meio Ambiente (Semam) e da Secretaria de Desenvolvimento e Controle Urbano (Sedurb). Como tal, essas árvores desempenham importante função ambiental no controle da temperatura, proporcionando um clima agradável aos que lá frequentam, principalmente, por conta do sombreamento. Clima este que não é percebido em outros locais da cidade que possuem ilhas de calor, fenômeno típico de centros urbanos cercados por edifícios. Nesse sentido, a vegetação tanto da Praça Aristides Lobo quanto da Praça Pedro Américo favorece para uma boa dissipação de calor e circulação do ar pelo local conforme ilustração da cobertura arbórea vista no (mapa 3).



Mapa 3. Cobertura Arbórea das Praças. Fonte: Google Earth, 27/09/2017.

Delimitação da área feita pelo autor do projeto via Google Earth. Localização:
7°07'06.58"S34°53'08.75"O

Em relação ao comércio informal realizado nas praças, ele surge principalmente entre as décadas de 1960, 70 e início da década de 80 do século XX, caracterizado pela ocupação das calçadas por vendedores ambulantes que ali vendiam diversos produtos, entre vestuário a literatura de cordel. Já no início do século XXI é possível notar esses espaços públicos ocupados novamente pelo comércio informal, o que levou a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) da época a adotar uma nova postura no que se refere à ocupação dos espaços públicos, promovendo uma verdadeira reestruturação em todo espaço das praças no ano de 2007. O atual cenário mostra uma padronização no uso e ocupação do solo para comercialização de mercadorias em meio às praças, que só pode ser feita oficialmente nos quiosques (figura 10).



Foto A. Comércio de literatura de cordel entre as décadas de 1970 a 80, na Praça Aristides Lobo. Fonte: (GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, 1988)



Foto B. Cenário atual. Fonte: Autor, 16/11/2016.

Figura 10. Comércio no interior da Praça Aristides Lobo.

Como tal, os quiosques de venda de flores e artesanato da Praça Aristides Lobo, hoje, fazem parte da nova configuração espacial voltada ao comércio realizado naquele espaço público. Os ambulantes que lá faziam seu ponto de comércio foram transferidos para outras áreas.

Quanto ao entorno das praças, o comércio formal se destaca por lojas de venda de moveis e eletrodomésticos, principalmente, entre a Praça Pedro Américo e a subida da ladeira da Rua Peregrino de Carvalho, em frente à Praça Aristides Lobo. Do lado da Avenida Guedes Pereira, também há um variado comércio composto por lojas mais diversificadas de venda de móveis e eletrodomésticos, além de calçados e roupas (figuras 11).



Foto A. Comércio formal da Praça Pedro Américo. Fonte: Autor, 15/06/2017.



Foto B. Comércio formal na subida da Rua Peregrino de Carvalho. Fonte: Autor, 17/06/2017.



Foto C. Comércio formal na Avenida Guedes Pereira. Fonte: Autor, 26/08/2017.

Figura 11. Comércio formal no entorno das praças

2.2.1 Elementos Históricos: O Jornalista e Político Aristides Lobo

Aristides da Siqueira Lobo (1838-1896), personalidade que dá nome a um dos principais logradouros públicos da cidade, foi um importante e dedicado político paraibano. Jornalista admirável conspirou contra a monarquia, pois defendia os ideais republicanos. Além disso, em 1870 torna-se redator do jornal “A República”, onde naquele mesmo ano publica o “Manifesto Republicano”, documento este defendendo o fim da monarquia no Brasil e a instalação do regime republicano. (AGUIAR, 1993, p. 144-145).

Como redator, o então jornalista Aristides Lobo usou o jornal onde trabalhava para fazer propaganda política defendendo a república. O mesmo também participou da fundação de clubes republicanos por todo o país, além de colaborar com outros jornais com notícias sobre a república, como “Província de São Paulo” e “Diário Popular”. (PINTO, [2016])

Ainda no Governo Imperial, Aristides Lobo exerceu mandatos de deputado provincial e geral pelo Estado de Alagoas. Com a proclamação da República foi nomeado ministro do Interior, cargo que desempenhou por pouco tempo. Trabalhou com Ruy Barbosa, então ministro da Fazenda do Governo do Marechal Deodoro da Fonseca. Não demorou muito, logo foi eleito deputado à Constituinte de 1891, posteriormente, tornou-se senador da república. (AGUIAR, 1993).

Certamente, suas convicções republicanas tenham vindo da educação que recebera e também das histórias contadas por sua mãe em relação ao patriotismo e coragem atribuída ao avô.

Registre-se que a mãe desse nosso conterrâneo, dona Ana Norberta da Silveira, é filha do tenente-coronel Francisco Jose da Silveira, um mineiro que teve importante participação na Revolução Republicana de 1817 na Paraíba. Esse avô de Aristides Lobo, um dos cinco mártires enforcados pelas autoridades portuguesas, depois de retomarem o governo da nossa terra, teve suas mãos e cabeça expostas, salpresas, num poste erguido na Praça Rio Branco (AGUIAR, 1993, p.145).

2.2.2 Passado e Presente: Os Lambe-Lambes

Na paisagem da Praça Aristides Lobo ainda é possível ver o lambe-lambe, fotógrafo ambulante que desenvolve seu trabalho em uma câmera laboratório, formada de uma caixa de madeira com uma lente apoiada em um tripé. Patrimônio imaterial, esses profissionais da fotografia em praças e jardins públicos existem desde o século passado. Para Kossoy (2001, p. 45) “Toda fotografia tem atrás de si uma história”. Em tempos anteriores ocupavam tanto a Praça Aristides Lobo quanto a Pedro Américo, hoje, no entanto, esse ofício aos poucos tende a não fazer mais parte do cenário das praças.

Com a chegada das câmeras digitais e do celular com seus megapixels, o interesse da população por esse tipo de fotografia praticamente deixou de existir. Antes, porém, as fotos eram reveladas no próprio local, sem precisar ir para um laboratório. A realidade hoje é outra, em entrevista realizada no dia 15/09/2017, com o senhor Lenilson Carlos, profissional com mais de 30 anos dedicado ao trabalho na Praça Aristides Lobo como lambe-lambe, ele afirmou que este ofício está em vias de extinção. Ainda segundo o fotógrafo, a caixa de madeira apoiada no tripé é só para atrair os clientes, uma vez que não se tira mais foto com as antigas máquinas fotográficas. Seu Lenilson Carlos ainda nos revelou que todas as fotos tiradas, hoje, são digitais. As tradicionais câmeras ainda funcionam normalmente, porém não existe mais matéria-prima disponível no mercado da capital para aquisição.

Também em entrevista a outro profissional que trabalhava na praça no dia da realização da pesquisa de campo, este não quis que seu nome fosse citado nesse respectivo trabalho, curioso em saber o motivo, logo nos explicou a razão, segundo ele não teria sentido, já que as máquinas ali existentes não desempenhavam mais a sua função de fotografar e revelar em pouco tempo da forma tradicional, afirmou. Ele também nos relatou que a máquina dele como a de seu Lenilson Carlos ainda funcionavam perfeitamente, mas a questão eram os produtos utilizados no processamento químico dos filmes e dos papéis (papel negativo para papel positivo) que não são mais encontrados no mercado local. Ele contou ainda que só poderia encontrar essa matéria-prima pela internet ou talvez nas lojas especializadas em Recife-PE. Vale lembrar que este último profissional da arte fotográfica em praças e jardins públicos citado nesta pesquisa é um dos mais antigos, cerca de 50 anos trabalhando entre as praças Aristides Lobo e Pedro Américo.

No período da pesquisa, foram encontrado apenas dois dedicados fotógrafos na Praça Aristides Lobo. Eles trabalham os dois períodos, contudo disseram que dependendo do movimento às vezes saem mais cedo. O mais antigo dos lambe-lambes, com mais de 50 anos nesse ofício, relatou que falta apoio dos órgãos responsáveis em promover a cultura e a tradição do lugar. Ele contou que a Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOPE), que fica localizada na Rua Duque de Caxias, pouco faz pela preservação dessa tradição que há anos pode ser vista no entorno das praças. A arte fotográfica do lambe-lambe está intimamente ligada à memória cultural das praças e também da cidade. “Para tratar da memória de um lugar há que se trabalhar, então, na recuperação simultânea da história *no* e do *lugar*”. (ABREU, 2011, p. 32, grifo do autor).

Ainda em entrevista, o mesmo nos disse que um professor da universidade (UFPB), em conversa informal pediu a ele que não deixasse essa tradição acabar, no entanto, ele respondeu ao professor que não dependia mais dele e sim de apoio, uma vez que eles são os últimos a manter viva essa profissão fotográfica em meio aberto nas praças (figura 12).



Foto A. Lambe-lambe em meados da década de 1970 a 80 do século XX.
Fonte: (GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, 1988, p. 130).



Foto B. Profissional da arte fotográfica em praças e jardins públicos nos dias atuais.
Fonte: Autor, 15/09/2017.

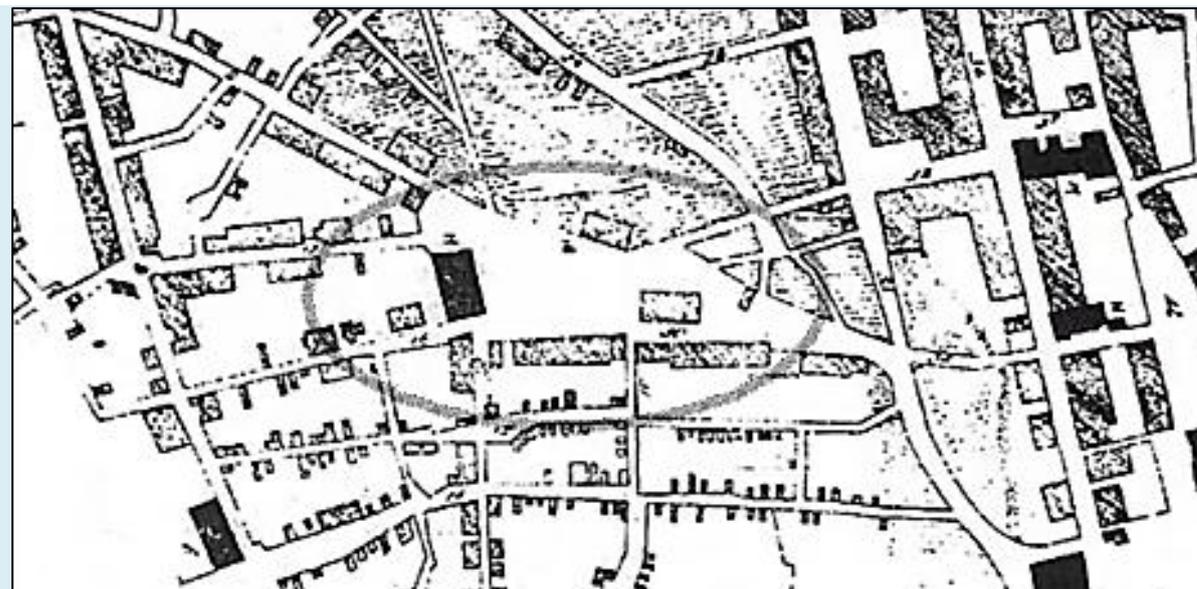


Foto C. Panorama mostrando os dois profissionais trabalhando em meio à Praça Aristides Lobo.
Fonte: Autor, 15/09/2017.

Figura 12. Os Lambe-lambes

2.3 PRAÇA PEDRO AMÉRICO

O Governo Camilo de Holanda (1916-1920) ficou marcado por diversas obras pela cidade. Entre estas, pode-se destacar a construção da Praça Pedro Américo, onde antes ficava a antiga Praça Cel. Bento da Gama (1902). Esta área era conhecida também como Campo do Conselheiro Diogo (mapa 4) e abrigava algumas das mais importantes edificações da época. Dentre as mais relevantes, temos: o Teatro Santa Roza, o Quartel de Linha (atualmente, 1º Batalhão de Polícia Militar), o Prédio do Tesouro (atual Comando Geral da Polícia Militar do Estado da Paraíba) e o imponente edifício do Paço Municipal (antigo prédio dos Correios e Telégrafos).



Mapa 4. Mapa ilustrando o local do antigo Campo do Conselheiro Diogo, 1855.

Este mapa ilustra a área onde hoje ficam as Praças Aristides Lobo e Pedro Américo. Antigamente era conhecido como Campo do Conselheiro Diogo. Planta da cidade da Parahyba em 1855.

Fonte: (Acervo fotográfico da Comissão do Centro Histórico de João Pessoa). (MEMORIAJOAOPESSOA, 2016) (delimitação da área em formato circular feita pelo autor do projeto, 2017).

Sendo assim, em 5 de outubro de 2008, estas edificações localizadas no Centro Histórico de João Pessoa foram homologas como Patrimônio Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). “Na Praça Pedro Américo vê-se o busto do artista, que segura com as mãos sua paleta e seus pincéis.” (AGUIAR, 1993, p. 143). Este monumento, em homenagem ao pintor paraibano foi de iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico da Paraíba (IPHAEP), em 1918. (MELLO, 1990) (figura 13).



Figura 13. Monumento em homenagem ao pintor Pedro Américo, sendo o busto de autoria do francês M. Sain, 1918. Logo abaixo de seu busto pode ser visto a reprodução em alto relevo feito em bronze do famoso quadro “O grito do Ipiranga”. Fonte: Autor, 15/09/2017.

Dentre as construções mais importantes, o Paço Municipal é uma das construções que mais se destacam na paisagem do entorno da Praça Pedro Américo e Avenida Beaurepaire Rohan. “Esse velho prédio dos Correios se viu muito admirado pelas suas linhas arquitetônicas e também pelo seu tamanho considerado grande, quando da inauguração em 1926.” (AGUIAR, 1993, p. 142).

Desde 2004, este prédio abriga algumas das principais Secretarias da Prefeitura Municipal de João Pessoa, dentre elas: Transparência Pública, Procuradoria Geral do Município, Orçamento Participativo e Gabinete do Prefeito. Vale dizer também que ainda funciona neste prédio uma parte dos Correios e Telégrafos, prestando alguns de seus serviços postais para a população (figura 14). (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2016).



Figura 14. Paço Municipal da Prefeitura de João Pessoa, antigo prédio dos Correios e Telégrafos.
Fonte: Autor, 07/01/2016.

A Praça Pedro Américo, conforme Aguiar (1993, p. 142), era conhecido em tempos passados pelo nome de Largo⁸ do Quartel, pois ali se encontrava o edifício que abrigou o 27º Batalhão do Exército. A construção deste prédio teve início em 1810, hoje é conhecido como Quartel da Polícia Militar do Estado da Paraíba, embora em meados do século XIX tivesse outra denominação, Quartel de Linha e também conhecido como Enfermaria Militar (1854).

A referida edificação é tombado pelo IPHAEP, pelo Decreto nº 8.633, de 26 de agosto 1980. No entanto, além do Quartel da Polícia Militar (figura 15), também se instalou no prédio em 1905 o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba⁹ (IHGP), bem como a Assembleia Legislativa, Inspetoria de Higiene e a Escola de Aprendizes Artífices (1910). (MEMORIAJOAOPESSOA, 2016).

⁸ Segundo Aguiar (1993, p. 135) “Os paraibanos do passado gostavam da palavra “Largo”. Este termo, outrora, era muito usado para se referir aos espaços públicos mais conhecidos, hoje, como praças.

⁹ A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano/IHGP ocorreu no Liceu Paraibano, em 1905. Porém, sua Sede instalou-se em 12 de outubro de 1905 numa dependência da Assembleia Legislativa que ficava no Quartel da Polícia Militar na Praça Pedro Américo, no qual fez algumas reuniões até que enfim retornasse para o Liceu Paraibano. (IHGP, 2017).



Foto A. Antigo Quartel de Linha construído no século XIX.
Fonte: (MEMORIAJAOPESSOA, 2016).



Foto B. Atual edifício do 1º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba.
Fonte: Autor, 27/06/2017.

Figura 15. Edifício do 1º Batalhão, antigo Quartel de Linha.

Outra edificação muito importante para a história cultural e social da cidade de João Pessoa é o Teatro Santa Roza, segundo mais antigo da Paraíba. De acordo com Almeida (1997, p. 119), o teatro começou a ser construído por iniciativa da Sociedade Dramática Santa Cruz. É significativo ressaltar também que as manifestações teatrais começam bem antes, por volta de 1861, no antigo Largo das Mercês.

Conforme Octávio e Aguiar (1989, p. 100), José Lima Penante¹⁰ vai ser o responsável pelo desenvolvimento artístico teatral da Capital. Nesse momento histórico surge

¹⁰ Conforme Octavio e Aguiar (1989), José de Lima Penante foi considerado o pioneiro do desenvolvimento artístico teatral na Capital paraibana no século XIX.

o pensamento e a vontade de criar um local apropriado para as apresentações dos espetáculos na capital paraibana. Neste ínterim, na cidade de Areia, o Teatro Recreio Dramático (mais conhecido como Teatro Minerva) já recebia apresentações de grupos locais e companhias nacionais. Inaugurado em 1859, fora construído com recursos próprios, sem precisar de investimentos do Estado. É o mais antigo teatro da Paraíba. (ALMEIDA, 1997, p. 119).

Neste contexto:

Penante, com forte vocação para a arte dramática e habilidades na pintura cenográfica, instala um teatro de vastas proporções para a população desse tempo. Estudioso, e entusiasta por um movimento artístico na sua terra, que colocasse a arte no seu devido caminho, católico que era, naturalmente o seu “templo artístico” teria de sofrer as influências reinantes, de ambiente e época, de vêz que, ali bem perto, como a pedir clemência aos céus, estava o Cruzeiro das Mercês; por isto denominou a sua novel casa de espetáculos: Teatro Santa Cruz. Em seguida, organiza uma sociedade por ações e consegue um terreno por aforamento¹¹, do patrimônio do Convento de São Bento, e, na decorrência do ano de 1873, em 02 de agosto, soleniza a colocação da primeira pedra do edifício que, na atualidade, é o nosso Teatro Santa Rosa. (AGUIAR; OCTÁVIO, 1989, p. 100).

Porém, devido a questões de ordem financeira, a sociedade foi obrigada a abandonar a obra. O prédio acabou sendo adquirido pelo governo da Província. Assim, o Teatro Santa Rosa só foi concluído e inaugurado em agosto de 1889, apresentando uma arquitetura no estilo barroco e fachada greco-romana pelo arquiteto italiano Paschoal Fiorillo, no governo do então presidente da Província (figura 16), o senhor Francisco Luiz da Gama Rosa, último governante nomeado pelo imperador D. Pedro II, ainda sob o regime da monarquia. (AGUIAR, 1993).

Octavio e Aguiar (1989, p.101), com muita propriedade nos lembra que:

Contornadas ou vencidas as divergências reinantes nesse ano, foi dado pela corrente dominante de então o nome de Santa Rosa, em homenagem àquele presidente. Na noite da inauguração, foi levado à cena o drama do escritor Henrique Peixoto. “O Jesuita ou os Ladrões da Honra”, por um conjunto de amadores paraibanos, juntamente com elementos da Companhia Dramática Augusto Péres.

É importante frisar também que esta casa de espetáculos foi palco de inúmeras apresentações de artistas ao longo dos anos. Vale saber que um dos maiores escritores da história da Paraíba também se fez presente nesse palco. Segundo Aguiar (1993), Augusto dos

¹¹ Aforamento conforme o Minidicionário Aurélio (2000, p. 22): *sm.1.* Direito transmissível aos herdeiros e que confere o pleno gozo de imóvel mediante pagamento de foro (1). 2. Documento que comprova o aforamento.

Anjos, o ilustre autor da obra literária “EU”, declamou no Teatro Santa Roza a respeito da escravidão, além disso, fez referências ao dia 13 de Maio de 1909, a José do Patrocínio¹², a República Brasileira e ao então Presidente do Estado, o Dr. João Lopes Machado. No entanto, em 1910, por razões de cunho pessoal, devido uma discussão que teve com o presidente João Machado, o poeta Augusto dos Anjos deixa o Estado apenas um ano após ter se referido ao então presidente em entusiasmados elogios no Teatro Santa Roza.

¹² Jose do Patrocínio (1853-1905) foi um jornalista que dedicou sua vida à causa abolicionista. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, [2016])



Fachada original do Teatro Santa Roza numa foto do início do século (arquivo Humberto Nóbrega).

Foto A. Teatro Santa Roza no início do século XX.

Fonte: (MELLO, 1990, p. 31).



Foto B. Verifica-se nesta imagem o atual Teatro Santa Roza.

Fonte: Autor, 08/09/2017.

Figura 16. Teatro Santa Roza.

O poeta Augusto dos Anjos, mais conhecido pela sua famosa obra literária “EU”, também é lembrado na Praça Pedro Américo por meio de um monumento em sua homenagem. Criada pelo artista plástico Dométriu Albuquerque, a estátua feita em bronze exhibe o poeta Augusto dos Anjos encostando-se a um tamarindo¹³ de ferro estilizado.

Inicialmente, é preciso lembrar que o escritor ficou conhecido no país pelos seus versos que traziam elementos que na época causaram divergências sobre sua obra, uma vez

¹³ O tamarindo é uma das referências fortes nos poemas de Augusto dos Anjos.

que, a linguagem que Dos Anjos transmitia dava a entender certa agressividade. No entanto, era apenas a forma de se expressar de um artista que teve seu reconhecimento nas artes literárias brasileiras.

Augusto dos Anjos nasceu no Engenho Pau d'Arco, município de Sapé em 20 de abril de 1884. Já em João Pessoa estudou no Colégio Liceu Paraibano, no qual depois de alguns anos viera a ser professor daquela instituição. Bacharel em Direito, sempre teve sua vida relacionada ao ensino. Isso é constatado no momento em que ele viaja para o Rio de Janeiro onde se estabelecendo na cidade, dá aulas em várias instituições de ensino. Vale lembrar que seu único livro foi publicado em 1912, intitulado "EU". Morreu no dia 14 de novembro de 1914, no município de Leopoldina (MG). (FILHO, 2009).

A bela peça feita em bronze com cerca de 180 quilos, está localizada em frente ao Quartel da Polícia Militar e também do Teatro Santa Roza. A respeito deste monumento, vale lembrar que outrora ficava um chafariz de formato circular de três pavimentos. (TORRES, 2007).

2.3.1 O Pintor Pedro Américo: Biografia

Pedro Américo de Figueiredo e Melo, patrono do logradouro público que leva o seu nome na capital paraibana, foi um pintor consagrado nacionalmente. Conforme Almeida (1982, p. 9), Pedro Américo "nasceu na cidade de Areia – Paraíba, a 29 de abril de 1843, filho de Daniel Eduardo de Figueiredo e de d. Feliciano Cirne, e neto, pelo lado paterno, de Manuel de Cristo Grangeiro de Mélo". Morreu na cidade italiana de Florença em 1905. Sua história começou a mudar quando um francês de nome Louis Jaques Brunet percebeu o talento do então menino Pedro para as artes, quando chegou a ver seus desenhos, o mesmo ficou admirado, vindo a convidá-lo a seguir em sua comitiva como desenhista auxiliar viajando pelo país em missão científica para estudar a flora e a fauna do Nordeste do Brasil.

Almeida (1982, p. 9), esclarece que o talento de Pedro Américo apresenta características artísticas que remontam ao convívio familiar, uma vez que:

O avô teve renome no seu tempo como o maior compositor de músicas sacras no Nordeste do Brasil. Um seu tio – Tristão Grangeiro de Almeida e Mélo – era também dotado de apreciável talento artístico, espírito desinibido, cheio de iniciativas. Por muitos anos foi o regente da banda de música local. Seu pai, que também manjava com maestria as cordas do violino, era negociante de pequenos

recursos, por isso mesmo nada podia fazer pela educação do filho, a mais legítima esperança de toda a família.

Mais tarde, Pedro Américo foi morar na cidade do Rio de Janeiro (1855), onde posteriormente acabou recebendo uma bolsa de estudos do imperador D. Pedro II para estudar na Escola de Belas Artes em Paris, na França. (ALMEIDA, 1982)

Sua obra consta de 92 telas, das quais duas se destacam pelo valor histórico. Entre as telas mais importantes, “A Batalha do Avaí”, obra que retrata a guerra do Paraguai (maior quadro do Brasil e um dos maiores do mundo) e o “Grito do Ipiranga” (1886-1888), que retrata a cena de D. Pedro I montado em seu cavalo, empunhando uma espada às margens do Ipiranga e gritando “Independência ou Morte.” (AGUIAR, 1993). Quanto à obra do “Grito do Ipiranga”, um dos mais famosos quadros do pintor paraibano, pode-se ver em alto relevo sua reprodução feita em bronze no monumento em sua homenagem na praça que leva o seu nome no Centro da Capital.

O pintor Pedro Américo segundo Aguiar (1993, p. 143):

[...] teve uma vida aventureira: chegou a bater-se em duelo quando era professor universitário na Bélgica, e naufragou certa vez nas costas da Escócia. Salvando-se do naufrágio, foi para Paris, Ainda na Europa, escreveu uma refutação à Vida de Jesus, o famoso livro de Renan; por isso o Papa galardoou com a Ordem do Santo Sepulcro.

Como bem nos assegura Aguiar (1982), a obra de Pedro Américo não se resume apenas a seus famosos quadros conhecidos mundialmente. Seu conhecimento vai muito mais além. Sua formação acadêmica lhe proporcionou escrever estudos científicos sobre filosofia e literatura. Chegou a publicar na Itália um livro intitulado “Holocausto”. Apesar disso, segundo Aguiar (1993), Pedro Américo nunca retratou a cidade onde nasceu, entretanto, a cidade de Areia nunca desprezou o filho da terra por isso.

2.3.2 Paisagens do Passado: Os Coretos da Praça Pedro Américo

Para Mello (1990), a primeira observação importante a ser feita sobre os coretos¹⁴ é que eles surgem no processo de transformação do espaço urbano no começo do século XX, percebida justamente pela valorização da área central da cidade, onde a urbanização foi mais evidente. Conforme Freire (1985), os novos conceitos da administração pública vão aparecer

¹⁴ Coreto conforme Ferreira (2000, p. 187): “(é) *sm.* Pavilhão, ao ar livre, para concertos musicais.”

com a implantação de serviços públicos que até então não existiam na cidade. Consideremos que a partir de 1912, no governo de João Machado, ocorre uma “racionalização do espaço urbano”, expressão usada por Mello (1990) que introduz mudanças na infraestrutura da cidade, não apenas com a chegada da água encanada, luz elétrica e os bondes elétricos, antes puxados a burro; mas também por meio da abertura de novas ruas, avenidas e a construção de praças dotadas de monumentos e estátuas.

Neste Contexto, segundo Mello (1990, p. 76):

A edificação de coretos insere-se na intercessão dessas contingências, visto como suas pré-condições já se encontravam presentes. Essas assumiam a forma de praças localizadas no valorizado centro da cidade, e carentes de embelezamento.

Notadamente, o espaço urbano da época passa por sensíveis transformações, o que favorece a valorização, sobretudo, das praças do centro da cidade. Com isso, os coretos tomam uma dimensão peculiar na composição da arquitetura das praças, não apenas na Parahyba, mas também em outras cidades pelo Brasil. Para Geraldo Gomes da Silva, citado por Mello (1990) as mudanças ocorridas no final do século XIX e, principalmente nas primeiras décadas do século XX marcam as transformações na urbanização das principais cidades brasileiras por meio do conjunto paisagístico promovido pela importação dos coretos vindos da Europa. (MELLO, 1990).

Inicialmente, é preciso lembrar que “[...] culturalmente, esses equipamentos representam projeção da sociedade européia¹⁵ da segunda metade do século passado, com sua predileção por jardins, música e passeios ao ar livre [...]”. (MELLO, 1990, p. 81). Neste sentido, fica claro que os coretos daquela época, por serem importados, claramente mostravam aspectos e detalhes de cunho europeu, diga-se de passagem, muito valorizado. Os coretos da época, essencialmente eram feito de peças de ferro, porém não todos. Segundo Mello (1990, p. 81): “[...] tais equipamentos, entrosados com a Revolução Industrial, refletiam a força dos imperialismos inglês e belga [...]”.

Assim sendo, implantado no conjunto das obras de urbanização da Praça Pedro Américo, os coretos irão ocupar o mesmo espaço; vale salientar, porém, em dois momentos do processo paisagístico da capital. Ambos, com a finalidade de promover o espaço público e a convivência social.

¹⁵ A palavra “européia” escrita com acento respeita o texto original feito antes da reforma ortográfica que vigora no Brasil.

De acordo com Mello (1990), o primeiro coreto inseria-se no sítio onde a Praça Pedro Américo passará por mudanças significativas no âmbito urbanístico. É importante lembrar que este coreto tinha estrutura de ferro importada da Europa, com *know-how* em Arqueologia Industrial vindo da Bélgica, conforme relatado pelo historiador Edy Stols. Nesse processo de desenvolvimento também houve o plantio de árvores de oitis¹⁶ e a edificação da estátua do Pintor Pedro Américo, onde antes ficava o referido coreto (figura 17).

Para o arquiteto Mario Glauco di Lascio, a entrada nos coretos se dava por duas aberturas, a exemplo do caso da capital da Áustria Imperial, Viena. Padrão que será adotado na construção do primeiro coreto da praça. Assim, “[...] os músicos tinham acesso ao coreto pela escalinada posterior e o maestro pela da frente” (MELLO, 1990, p. 112).

Ainda conforme Mello (1990), o primeiro coreto foi demolido entre os anos de 1916 e 1917 para a construção de um novo coreto. Coube ao engenheiro italiano Paschoal Fiorillo a construção do segundo coreto.

Dessa forma:

Tal como seu antecessor, o segundo coreto da praça Pedro Américo – verdadeiro marco da revolução urbanística operada pela presidência estadual Camilo de Holanda – não se isolava, associado como se encontrava à urbanização da praça que admitiria até pequeno lago em forma do mapa da Paraíba, atravessado por romântica pontezinha – tudo de inspiração do engenheiro Clodoaldo Gouveia que também ligou seu nome à renovação urbanística da capital paraibana, entre as décadas de dez e vinte. (MELLO, 1990, p. 114).

Uma observação importante a ser feita sobre o segundo coreto (figura 18) da Praça Pedro Américo é que este servia à banda da Polícia Militar devido sua localização, o coreto em sua maior parte era de madeira de lei. Apresentava em sua arquitetura linhas extravagantes que lembravam um “pagode chinês”; além do mais, possuía outras características como o teto e o balaústre que fora importado. O piso era de estrutura mista, comportando trilhos de aço em perfil “T”. Na parte interna do coreto, a estrutura enviesada assenta-se em forma de leque, na forma de uma ágora¹⁷, não deixando de fora o lambrequins.¹⁸ Assim como o seu antecessor, o segundo coreto da Praça Pedro Américo também foi demolido em meados de 1927. (MELLO, 1990).

¹⁶ Oiti é fruto do oitizeiro (*Licania tomentosa*), árvore da família *Chrysobalanaceae* que pode atingir altura entre 8 a 15 metros. (CAMILO, 2015)

¹⁷ Ágora *sf.* Praça pública das antigas cidades gregas. (FERREIRA, 2000, p. 24)

¹⁸ Lambrequins segundo Mello (1990, p. 114), moldura responsável pelo fechamento da coberta.

Desta forma, Abreu (2011, p. 33) bem nos assegura que: “A Geografia tem muito a contribuir para a discussão e a recuperação da memória das cidades, da memória dos lugares. Para essa contribuição seja efetiva, é importante, entretanto, que algumas barreiras intradisciplinares que a dificultam sejam superadas”. Sendo assim, diante dos elementos apresentados, percebe-se o quanto da necessidade de uma fundamentação teórica e de uma análise empírica da paisagem é essencial para tentar compreender os processos e a dinâmica envolvida na formação e consolidação desses determinados espaços públicos ao longo dos anos.

Imagem do primeiro coreto da Praça Pedro Américo:



Figura 17. Primeiro coreto da praça Pedro Américo.

Fonte: (arquivo Humberto Nóbrega).

Foto legendada do primeiro coreto da praça Pedro Américo. O prédio detrás é o do Batalhão de Linha e Força Pública. À direita, o Teatro Santa Roza. (MELLO, 1990, p. 112).

Imagem do segundo coreto instalado na Praça Pedro Américo:

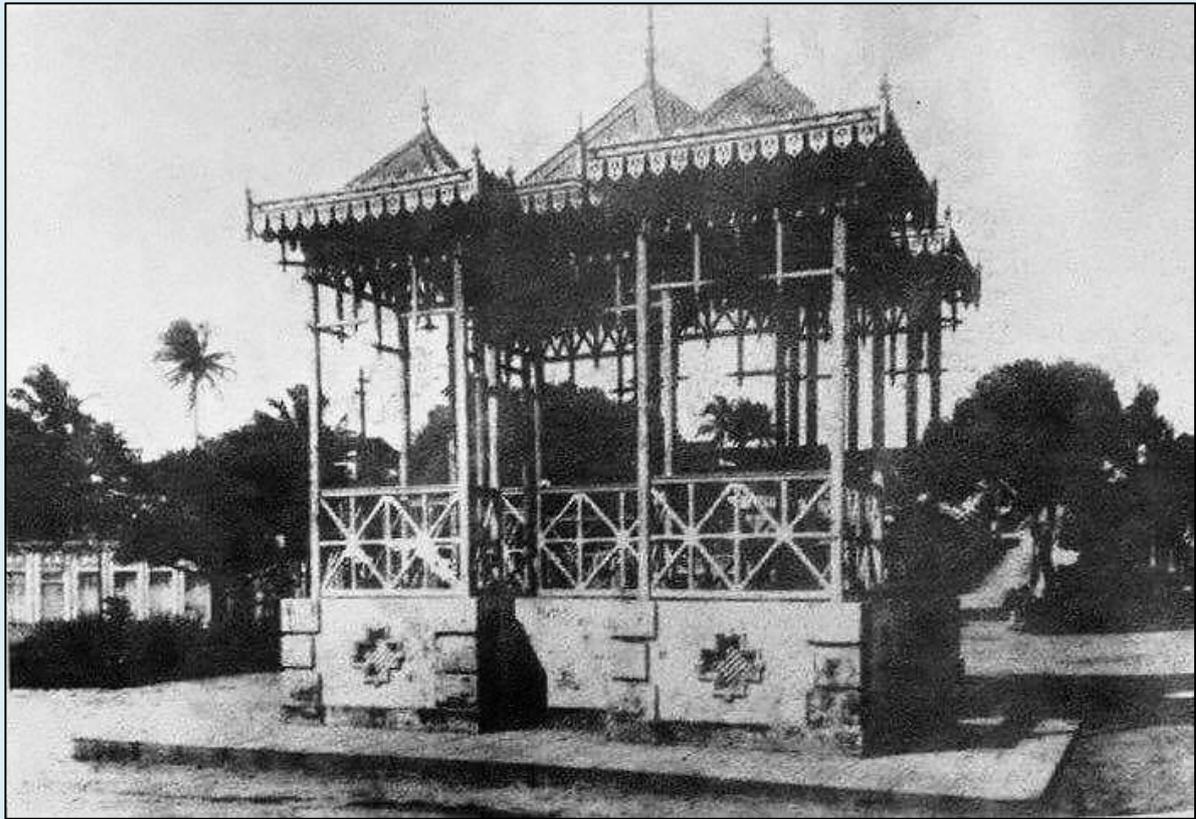


Figura 18. Segundo coreto da Praça Pedro Américo.
Fonte: (foto Walfredo Rodriguez). (MELLO, 1990, p. 113).

CAPÍTULO III

RECORTE DAS PRINCIPAIS INTERVENÇÕES NAS PRAÇAS ARISTIDES LOBO E PEDRO AMÉRICO

As realizações feitas e também as melhorias ao longo dos anos nas Praças Aristides Lobo e Pedro Américo tiveram o intuito de promover a vida social, como também valorizar a paisagem e o espaço público. Corrêa (1993, p. 11), destaca que isso só ocorre por meio do “constante processo de reorganização espacial”. Essas intervenções, portanto, ocorrem em diferentes épocas no processo histórico das praças, desde as primeiras décadas do século XX e, até mesmo próximo ao seu final. Não obstante, a última grande ação de recuperação das Praças Aristides Lobo e Pedro Américo acontece já na primeira década do século XXI. Desta forma, os elementos culturais¹⁹ que fazem parte do espaço público vão passando por mudanças, no sentido de atender a dinâmica espacial. Corrêa (1993, p. 10) esclarece que: “Estes são, por sua vez, o movimento da própria sociedade, da estrutura social, demandando funções urbanas que se materializam nas formas espaciais”.

Sendo assim, o processo de mudança da paisagem²⁰ das praças se dá por diferentes intervenções ao longo dos anos, atribuindo assim características diversas aos processos e formas espaciais daqueles logradouros públicos. Santos (1994, p. 72) diz que “[...] todos os momentos as formas criadas no passado têm um papel ativo na elaboração do presente e do futuro”. Em vista disto, a paisagem transformada registra a história e o modo de vida da sociedade em determinados períodos, o que vai refletir no modo de convivência das futuras gerações que compartilham aquele determinado espaço.

Nesta perspectiva, as Praças Aristides Lobo e Pedro Américo se inserem em meio às transformações e a modernização do espaço urbano da cidade ocorrido desde o início da primeira metade do século XX.

¹⁹ Os elementos culturais pode-se dizer que são aqueles produzidos ou transformados pelos seres humanos, a exemplos das praças e prédios públicos e, etc. Estes elementos se inserem na chamada “Paisagem Cultural.”

²⁰ Segundo Santos (2006, p. 66): “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.” Porém, Santos (2006, p. 67) relata que “A palavra paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração territorial e, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente.”

3.1 CONSTRUÇÕES DAS PRAÇAS ARISTIDES LOBO E PEDRO AMÉRICO POR CAMILO DE HOLANDA NO COMEÇO DO SÉCULO XX.

As primeiras intervenções nas praças vão ocorrer no governo de Camilo de Holanda (1914-1920), promovendo uma verdadeira reforma urbanística. (MELLO, 1990). Essas realizações nos logradouros visaram promover o espaço urbano com novos equipamentos públicos, a exemplo dos coretos da Praça Pedro Américo e também da balaustrada da Praça Aristides Lobo (1917) (figura 19). Corrêa (2003, p. 24) chama a atenção que: “O Estado atua também na organização espacial da cidade. [...] refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte integrante”.



Figura 19. Balaustrada da Praça Aristides Lobo na primeira metade do século XX.
Fonte: Imagem extraída de vídeo YuoTube. (MEMORIAJAOPESSOA, 2016).

Outras intervenções vieram no decorrer dos anos, na chamada “renovação urbanística da capital paraibana, entre as décadas de dez e vinte.” (MELLO, 1990, p. 114-115). Só para esclarecer, Mello cita ainda que existia no entorno da Praça Pedro Américo um pequeno lago, construído “no esquema das obras contra as secas” inspirado no mapa do estado da Paraíba, este deixando de existir em 1929.

3.2 REFORMA DAS PRAÇAS PEDRO AMÉRICO E ARISTIDES LOBO NO GOVERNO DE TARCÍSIO BURITY E DO PREFEITO DAMÁSIO FRANCA, EM 1981.

Assim como a cidade de João Pessoa, os espaços urbanos das Praças Aristides Lobo e Pedro Américo também passaram por transformações no decorrer dos anos. A

segunda metade do século XX, tanto quanto a primeira é formada por elementos históricos que irão compor o espaço geográfico e moldar a infraestrutura da cidade. Como bem nos asseguram Lavieri e Lavieri (1999, p. 48-49), a partir da década de 1970, a cidade de João Pessoa passará por um significativo processo de crescimento; segundo os autores citados, na ordem de 52,92%. Este crescimento, por sua vez, vai ter fortes consequências ao longo dos anos, sobretudo, em relação ao uso e ocupação do solo da cidade. Dentre os vários fenômenos urbanos ocorridos desde o início da década de 1970 e que também se estenderam nas décadas seguintes, pode-se mencionar a questão da ocupação dos espaços públicos por vendedores ambulantes (camelôs).

Ainda conforme Lavieri e Lavieri (1999), no governo de Tarcísio Burity²¹ (1979-1983), o Estado atuava diretamente no planejamento da cidade, através das agências federais. Em virtude disso, junto com a administração municipal do então Prefeito Damásio Barbosa Franca (1979-1983), ambos promoveram diversas ações pela cidade, inclusive as restaurações das Praças Aristides Lobo e Pedro Américo, em 1981 (figura 20). (AGUIAR, 1993). Nesse processo de revitalização das praças foi necessário “[...] remover, da frente do Teatro Santa Roza para o Mercado Central, a grande feira de camelôs que ali existia, implantando em seu lugar uma praça.” (LAVIERI; LAVIERI, 1999, p. 50). Vale lembrar que a chamada “feira de camelôs” existia desde a década de 60 do século XX e ficava localizado na Praça Pedro Américo com a Avenida Beaurepaire Rohan. Esta feira livre, segundo placa informativa presente na Praça Pedro Américo vendia diversos produtos populares e era conhecida como “Mercado Persa” (figura 21).

²¹ Tarcísio de Miranda Burity administrou o estado da Paraíba em dois mandatos de Governador, sendo que o primeiro (1979-1983) foi por indicação do regime militar que governava o Brasil desde o golpe de 1964. O segundo mandato de Governador foi por eleição direta, já no regime democrático (1987-1991) Nesta época as nomeações visavam garantir a continuidade da Ditadura Militar através dos chamados “Cargos Biônicos”. Estes cargos se estendiam a prefeito e senador, porém toda decisão dependia da autoridade do poder central (Brasília).

Imagens utilizadas para caracterizar o período da reforma realizada em 1981:



Figura 20. Placa indicativa da reinauguração em 1981.

Fonte: Acervo família Dantas, 2005.



Figura 21. Placa informativa de que na Praça Pedro Américo existiu desde a década de 1960 uma feira livre.

Fonte: Autor, 15/09/2017.

3.3 RESTAURAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS PRAÇAS ARISTIDES LOBO E PEDRO AMÉRICO NO GOVERNO DO ENTÃO PREFEITO RICARDO COUTINHO, EM 2007.

Outro momento importante no processo de valorização do espaço público ocorreu no primeiro mandato do então prefeito Ricardo Coutinho (2005-2008). Em agosto de 2007, as Praças Aristides Lobo e Pedro Américo, situadas no Centro de João Pessoa, foram entregues a população. Antes, porém, passaram por um amplo processo de revitalização. Segundo a Prefeitura Municipal de João Pessoa da época, estas realizações faziam parte do Programa de Recuperação de Praças, Parques, Passeios e Jardins Públicos. O objetivo principal era o resgate das praças enquanto locais de convivência social, o que incluiria a recuperação e a melhoria das condições físicas de toda estrutura lá existente. Dentre estas, pode-se citar: a readequação do comércio informal, iluminação pública ornamental, calçamento, colocação de novos monumentos; tal é o caso das estátuas do Poeta Caixa D'água na Praça Aristides Lobo e a do Poeta Augusto dos Anjos na Praça Pedro Américo, valorizando assim o patrimônio cultural. Além disso, o projeto compreendia a parte do paisagismo, replantio e poda das árvores, colocação de novos bancos e a troca do pavimento. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2007).

Inicialmente, é preciso lembrar que a Praça Aristides Lobo contou com uma atenção especial da Prefeitura. O que envolveu várias das secretarias, como a do Desenvolvimento Urbano (Sedurb), Infraestrutura (Seinfra), Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana (Emlur), além de uma comissão para discutir a situação dos ambulantes, constituída por representantes das secretarias de Governo e Articulação Política (Segap), Desenvolvimento Sustentável da Produção (Sedesp), Meio Ambiente (Seman), Desenvolvimento Social (Sedes) e o Sindicato dos ambulantes. A razão principal para o envolvimento de tantas secretarias estava no “Plano de Relocalização e Valorização dos Vendedores Ambulantes” e o projeto de padronização das barracas de flores e artesanato.

Cabe lembrar, porém, a situação das praças antes da reforma de 2007, principalmente, na área correspondente a Praça Aristides Lobo (figura 22). Como da intervenção que ocorreu no Governo de Tarcísio Burity, governador do Estado da Paraíba e do Prefeito da Capital, o senhor Damásio Franca, em 1981, onde o processo de revitalização ficou concentrado mais na Praça Pedro Américo, devido ao mercado de camelôs que lá existia, agora a situação era outra. No governo do então Prefeito Ricardo Coutinho, a parte da restauração da Praça Pedro Américo foi mais tranquila e exigiu poucos esforços, destacando-se de forma mais evidente a colocação da estátua do poeta Augusto dos Anjos.



Foto A. Barracas do comércio informal na lateral do antigo Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello.
Fonte: Acervo família Dantas, 2005.



Foto B. Aglomeração de barracas em meio a Praça Aristides Lobo.
Fonte: Acervo família Dantas, 2005.

Figura 22. Barracas antes da reforma de 2007.

Entretanto, em relação à Praça Aristides Lobo, o contexto era mais complexo, necessitando assim de um amplo planejamento e negociação para o resgate do espaço público, antes, ocupado por barracas que tomavam conta de toda a área da praça. Fato marcante da falta de controle do espaço público da época é ilustrado por meio de registro fotográfico de 25/07/2005, em que mostra um veículo “kombi” (figuras 23) ocupando a área da balaustrada onde fica o busto de Aristides Lobo para venda de comida, como também a ocupação da via de passeio lateral com muro do antigo Grupo Escolar Dr. Thomás Mindello (Cearte). Conforme estes documentos fotográficos percebe-se a importância dessas reformas realizadas na última intervenção das praças.



Comércio irregular ao lado do busto de Aristides Lobo.
Fonte: Acervo família Dantas, 2005.



Veículo vendendo comida na calçada da praça. Fonte: Acervo família Dantas, 2005.

Figura 23. Comércio irregular de venda de comida.

Desta forma, os trabalhos foram iniciados pela Praça Aristides Lobo no local onde ficariam instalados os novos quiosques. Estes padronizados, feito de estrutura de ferro galvanizado com pintura anticorrosiva medindo cada um cerca de 3,50 x 3,50 metros. Os quiosques criados para abrigar os vendedores de flores e artesanato foram idealizados pela Coordenação de Projetos Especiais da Secretaria de Planejamento (Seplan). De acordo com Dantas (2006), noticiado no Jornal da Paraíba de 28 de março de 2006, os quiosques foram financiados através de uma parceria entre a Prefeitura e a Caixa Econômica Federal pelo Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), do governo federal e o Sindicato dos

ambulantes (Sindiambulantes). Nove quiosques ao todo foram beneficiados pelo financiamento.

Imagens das figuras 24 e 25 que mostram o processo de revitalização da Praça Aristides Lobo ocorrida na última reforma, em 2007. Além disso, observam-se os novos quiosques em meio à praça (figura 26).



Figura 24. Processo de revitalização. Fonte: Acervo família Dantas, 2006.



Figura 25. Panorama da Praça Aristides Lobo sem as barracas. Fonte: Acervo família Dantas, 2006.



Figura 26. Imagem atual que mostra os quiosques padronizados desde a última reforma em 2007. Fonte: Autor, 30/09/2017.

A balaustrada, outro símbolo da Praça Aristides Lobo também passou pela revitalização, inclusive com a restauração dos degraus da escadaria. Nas suas laterais foi desenvolvido um projeto paisagístico com a valorização de um espaço destinado ao jardim.

Uma preocupação já na época da reforma era em relação ao disciplinamento do estacionamento (figura 27) no entorno das praças. Alessandro Marques, engenheiro civil da Secretaria de Planejamento (Seplan), já naquela época, “lembrou que muitos motoristas utilizam as laterais das praças para colocar seus veículos; essa prática, segundo ele, acaba por danificar os espaços”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2007).



Figura 27. Panorama do estacionamento na Praça Aristides Lobo em 2005.
Fonte: Acervo família Dantas, 2005.

Em relação à Praça Pedro Américo, a revitalização valorizou, sobretudo, a iluminação pública, a colocação de placas indicativas, o paisagismo e a poda das árvores; além da restauração do busto de Pedro Américo como também a recuperação do pavimento. Outra grande mudança ocorreu no local onde antes existia uma fonte. No espaço foi colocada uma estátua em homenagem ao poeta Augusto dos Anjos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2007).

De acordo com Torres (2007), citado no Jornal da Paraíba:

As praças Pedro Américo e Aristides Lobo, localizadas em João Pessoa, foram revitalizadas e entregues a população, durante solenidade [...] Na ocasião, o prefeito da capital, Ricardo Coutinho, apresentou aos pessoenses a estátua do poeta paraibano Augusto dos Anjos, que fica em frente ao teatro Santa Rosa. Em sua fala, o gestor destacou o trabalho que vem sendo realizado nas praças da cidade e a importância de se fazer a homenagem ao poeta, que foi eleito o paraibano do século. “É fundamental que a população possa se encontrar através dos seus produtores de artes”, comentou. Ele disse ainda que “Augusto dos Anjos está no local mais adequado, em frente a uma casa de artes”.

A inauguração contou com a presença de políticos, secretários, artistas, entre outros participantes. O prefeito iniciou a sua fala declamando um poema de Augusto dos Anjos (Debaixo do Tamarindo), que inspirou o artista plástico Dométriu [...] A praça Pedro Américo recebeu a estátua em homenagem a Augusto dos Anjos. As obras

foram realizadas com recursos próprios do governo municipal e estão orçadas em cerca de R\$ 90 mil.

Conforme o andamento da pesquisa e análise das imagens percebeu-se que no local onde hoje, vê-se, a estátua do poeta em frente ao 1º Batalhão da polícia Militar e do Teatro Santa Roza, existiu não apenas uma fonte de água (chafariz), mas também uma antiga construção em formato do mapa da Paraíba com uma pequena ponte. É bom esclarecer que em relação ao chafariz e a antiga construção, ambos já foram mencionados no capítulo anterior e também neste, porém, o fato mais interessante que se pretendeu mostrar foi à relação com as mudanças de monumentos ao longo dos anos nessa área específica da Praça Pedro Américo.

As imagens das figuras logo abaixo vão mostrar esses processos de transformação da paisagem ocorridos neste local onde antes existia uma antiga construção em formato do mapa da Paraíba (figura 28), um chafariz (figura 29) e, atualmente, abriga a estátua do poeta Augusto dos Anjos (figura 30):



Figura 28. Lago e ponte da Praça Pedro Américo, década de 1920.
Fonte: Extraída de vídeo YuoTube. (MEMORIAJAOPESSOA, 2016).



Figura 29. Antigo chafariz da Praça Pedro Américo, 2005. Fonte: Acervo família Dantas, 2005.



Figura 30. Estátua de Augusto dos anjos. Fonte: Autor, 08/04/2017.

Em razão do exposto, fica claro que o cidadão que frequentava aquele espaço público foi o que mais se beneficiou com as reformas realizadas nas Praças Aristides Lobo e Pedro Américo. As transformações ocorridas por meio das intervenções ao longo dos anos trouxeram para a cidade elementos da paisagem que podem ser vistos até os dias atuais. As restaurações desses equipamentos públicos promoveram não só a paisagem, mas também o resgate de um espaço de convivência social nas épocas citadas. Vale registrar que houve outras reformas, como as da década de quarenta, por exemplo. Porém, o objetivo principal neste capítulo foi trazer as intervenções mais significativas do ponto de vista histórico e mais atual.

CAPÍTULO IV

AS PRAÇAS NA ATUALIDADE

Ao analisar o cotidiano das praças Aristides Lobo e Pedro Américo nos últimos três anos (2014-2017), buscou-se verificar se as mesmas atendiam aos interesses da população como espaços de convivência social na atualidade. Ana Fani, na sua obra “A (Re)produção do Espaço Urbano” diz que: “O espaço geográfico não é humano porque o homem o habita, mas antes de tudo porque é produto, condição e meio de toda a atividade humana”. (CARLOS, 2008, p. 33). Portanto, como área central de fluxo de pessoas, esses espaços públicos apresentam problemas, como também fatores positivos, sejam eles no âmbito coletivo ou individual. Dentre esses problemas, pode-se mencionar um maior envolvimento dos órgãos públicos na manutenção e fiscalização desses espaços públicos; como fatores positivos, podemos citar as reuniões de caráter religioso que se fazem presente atualmente nas praças, além de observar a presença de turistas em meio às praças interessados por importante conjunto arquitetônico que faz parte do seu entorno.

Sendo assim, o que foi possível observar nesses últimos anos é que as praças precisam de uma atenção especial, visto que a preservação, recuperação e a manutenção desses espaços são de responsabilidade tanto da Prefeitura de João Pessoa (PMJP), por meio das suas Secretarias, como também do Governo do Estado, através dos órgãos que cuidam da preservação do patrimônio histórico e cultural. Lembrando que as praças fazem parte do Centro Histórico da Capital, segundo perímetro delimitado pelo IPHAEP, conforme já mencionado no Capítulo II, (mapa 2). Vale salientar que parcela da população também contribui com a depredação desses logradouros públicos.

Um desses fatos foi constatado diretamente na pesquisa de campo realizado no dia 07/01/2016, devidamente registrado por meio de imagens fotográficas e posteriormente nos dias 20/04/2017 e 15/09/2017 (figura 31) quando também se constatou a mesma prática registrada anteriormente em relação a colocação de lixo no entorno das árvores que ficam localizadas na descida lateral da Praça Aristides Lobo, em frente às lojas da Rua Peregrino de Carvalho.

Outro exemplo clássico de desrespeito com o patrimônio público e cultural é a estatua do poeta popular Caixa D'água (figura 32) que até hoje se encontra sem a mala característica de sua personalidade, avariada por vândalos. Sobre este problema foi publicado no portal de notícias do Jornal da Paraíba do dia 28/02/2016, onde relata o prejuízo provocado pelo vandalismo ao patrimônio público. “Para se ter uma ideia, somente na capital paraibana

para recuperar as praças da cidade, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb) gasta, em média, R\$ 500 mil por ano, conforme informou a pasta”. (ALVES, 2016).



Imagem da escultura do poeta Caixa D’água danificada por vândalos, apenas um dos exemplos para ilustrar:



Ainda convém lembrar que as praças, por sua vez, fazem parte da história da capital paraibana, além do mais, tratam de equipamentos de interesse público. Além disso, estes logradouros estão inseridos no Centro da Capital, ou seja, no centro geográfico de uma área urbana onde existem importantes edificações antigas, algumas delas com linhas neoclássicas herdadas de tempos anteriores. Podemos citar como exemplo, a balaustrada da Praça Aristides Lobo, construída pelo arquiteto Mario di Lascio, em 1917. Nos dias atuais, porém, o entorno se encontra em certos pontos com sérios danos ao patrimônio (figura 33).



Figura 33. Muro lateral da balaustrada da Praça Aristides Lobo danificada.
Fonte: Autor, 08/09/2017.

Por outro lado, deve-se levar em conta que a sede da Prefeitura se encontra justamente em frente a uma das praças, no antigo prédio dos Correios e Telégrafos, atual Paço Municipal. Sendo assim, caberia à administração municipal olhar com mais interesse para estes espaços que representam tanto para a cidade de João Pessoa.

Quanto a essas áreas de convivência social, vale mencionar a última grande reforma realizada em 2007 cujo objetivo inicial era o resgate e a recuperação das praças para oferecer a população mais um espaço de lazer. Desde então, o que se percebe é um descuido por parte dos órgãos responsáveis. Pode-se dizer que as praças sofrem, hoje, com acúmulo de lixo, falta de manutenção e conservação dos monumentos, das vias e jardins públicos, só para exemplificar, podemos citar os jardins laterais da escadaria da balaustrada da Praça Aristides Lobo e a vista de passeio que fica na parte mais elevada da praça, lateral com o muro do Grupo Escolar Dr. Thomás Mindello (Cearte), com parte do pavimento precisando de

manutenção. Na Praça Pedro Américo não é diferente, a estátua do escritor e poeta Augusto dos Anjos também passa pelo mesmo problema, além dos jardins ao redor das árvores, que estão sem o cuidado que deveriam ter.

Contudo, em registro feito no dia 15/09/2017, foi constatado pela primeira vez desde o início da pesquisa de campo dos últimos três anos, as primeiras intervenções, mesmo que de forma mais superficial na Praça Aristides Lobo. Mesmo assim, o registro e a informação devem ser inseridos no ato da pesquisa, uma vez que a função maior deste trabalho é mostrar os diversos momentos do cotidiano das praças. Deste modo, coube a necessidade de dar o crédito quando da ação positiva e a crítica construtiva quando necessária em prol do interesse coletivo. Os registros de imagens mostram que foram colocados estacas ao longo da via superior ao lado do Cearte (antigo Grupo Escolar Dr. Thomás Mindello) e sendo pintados os muros laterais e o monumento que ostenta o busto de Aristides Lobo (figuras 34).



**Figura 34. Manutenção por meio de pintura da balaustrada e do busto de Aristides Lobo.
Fonte: Autor, 15/09/2017.**

Segundo as imagens fotográficas, o que ficou claro com a colocação das estacas foi impedir que veículos estacionassem naquele espaço público. Vale registrar que essa ação é recente, provavelmente desde a segunda quinzena do mês de agosto de 2017. Entretanto, o problema do estacionamento ainda persiste, agora, na calçada da subida lateral da balaustrada da Praça Aristides Lobo (figuras 35).

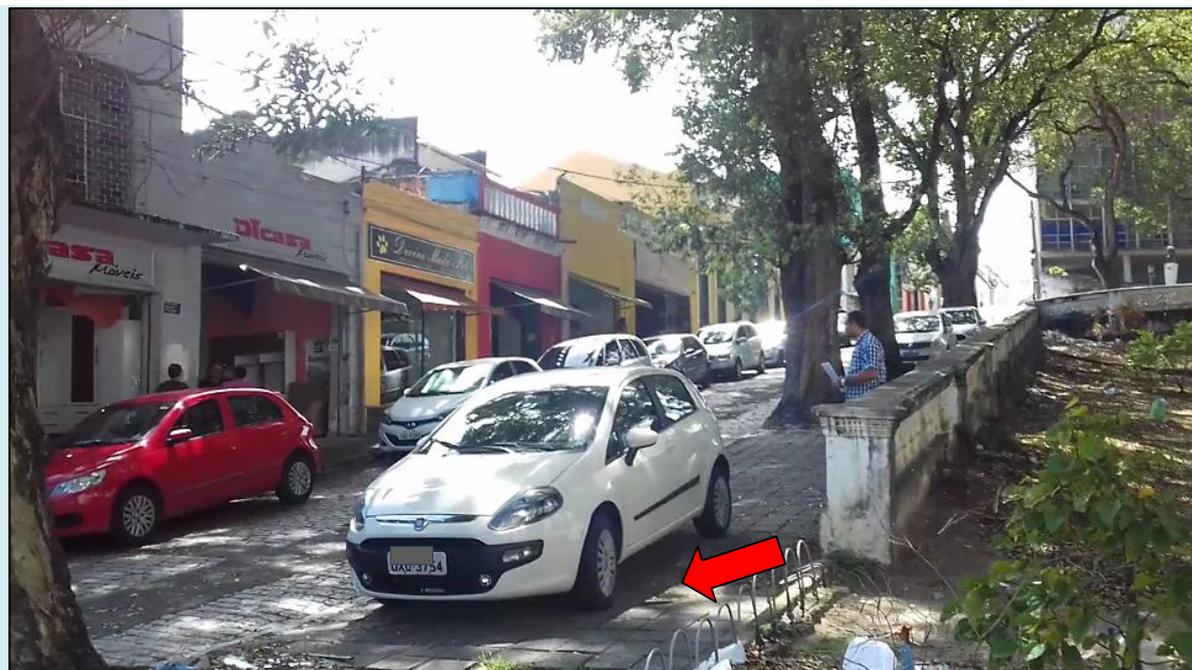


Figura 35. Veículos²² estacionados em cima da calçada.
Fonte: Autor, 15/09/2017.

O que se entende é que a população tem o direito ao pleno uso do espaço público, seja nas praças, nas calçadas ou vias. Isto é um direito fundamental, no entanto, sabe-se que a cidade não foi planejada para um fluxo intenso de veículos, porém, cabe aos órgãos responsáveis promover alternativas para a devida ocupação do solo no espaço urbano.

Braz (2016), em matéria jornalística veiculada no portal de notícias do Jornal da Paraíba em 10 de janeiro de 2016, descreve a rotina de ocupação do espaço público por veículos, sejam eles da administração pública ou mesmo privado:

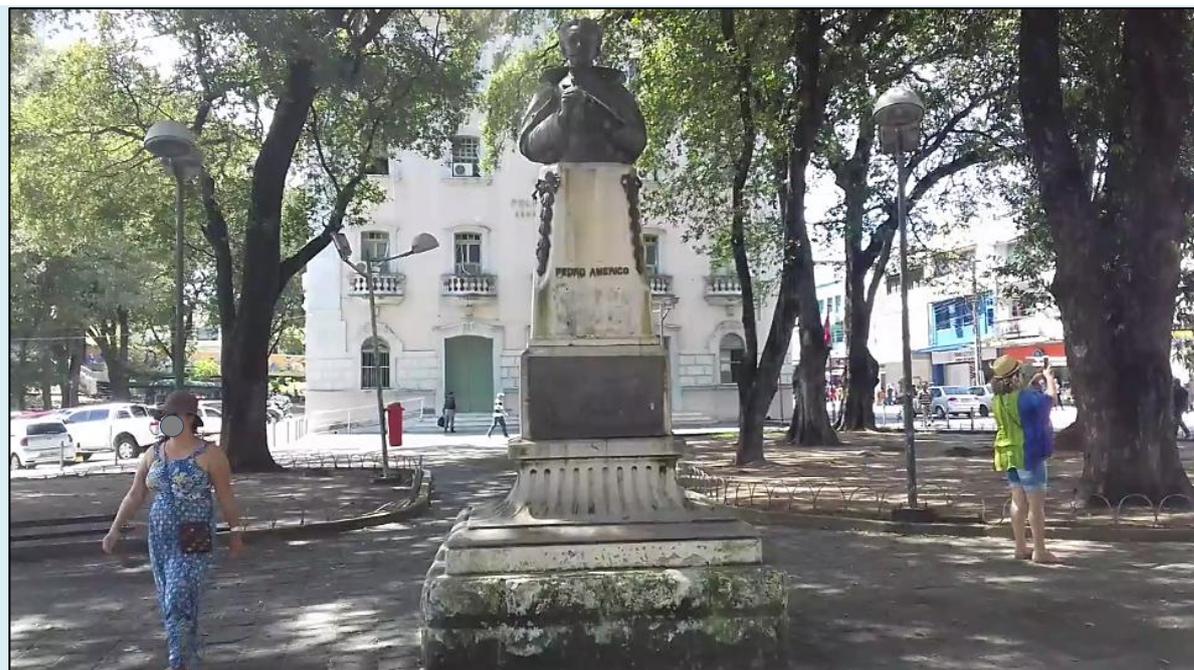
Seja pela manhã ou pela tarde, o corredor da Praça Aristides Lobo, como é chamado o local pelas pessoas que frequentam a área, abriga carros até de órgãos públicos. A reportagem do JORNAL DA PARAÍBA flagrou veículos do Comando Geral da Polícia Militar e da Guarda Municipal de João Pessoa estacionados no espaço. Além desses, diversos outros carros de pessoas que vão ao Centro da cidade e acabam estacionando os veículos no local foram também registrados.

Dado os aspectos mencionados acima, verifica-se que o problema não é recente. O direito de ir e vir são garantidos no Art. 5, inc. XV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (BRASIL, 2005). Entretanto, não é o que se percebe em relação a esses espaços públicos, principalmente, por se tratar de uma área de interesse coletivo, que tem todo um contexto histórico de formação.

²² Para garantir o direito a privacidade foi colocada uma tarja na placa do veículo.

Quanto às praças estarem inseridas em meio ao prédio Comando Gerais da Polícia Militar da Paraíba e do Quartel do 1º Batalhão, verificou-se que a falta de segurança é um ponto negativo para todos os que frequentam àquele espaço público. Nesse sentido, essa insegurança foi percebida diretamente no ato da pesquisa de campo, principalmente, em relação à Praça Aristides Lobo, levando em consideração os períodos observados. Já à Praça Pedro Américo se encontra numa situação mais privilegiada em relação à segurança, devido está localizada justamente diante da entrada do Comando Geral e do outro lado, à entrada do 1º Batalhão da Polícia Militar. Além disso, a entrada do Paço Municipal também fica de frente a Praça Pedro Américo, só que do outro lado da Avenida Guedes Pereira e lá foi observada a presença de Guardas Municipais, o que de certo modo dá relativa sensação de segurança. As observações da pesquisa de campo relacionadas a esta questão foram realizadas especificamente entre os dias 13/08/2017 a 22/09/2017.

Em meio à pesquisa de campo para coleta de dados para o referido ensaio no dia 08/09/2017, observou-se a presença de turistas contemplando e tirando fotos dos principais edifícios e monumentos da Praça Pedro Américo. Esse tipo de flagrante permitiu refletir sobre a função social da praça, ou seja, reconhecer que esses logradouros públicos mesmo sem a devida atenção, ainda sim, conseguem atrair pessoas interessadas em tão rico acervo histórico (figuras 36).



**Figura 36. Momento em que turistas²³ tiravam foto na Praça Pedro Américo.
Fonte: Autor, 28/08/2017.**

Em relação aos quiosques da Praça Aristides Lobo que no Governo Ricardo Coutinho passou por uma padronização, hoje, em sua maior parte ainda desempenham sua função inicial de venda de flores e artesanato, porém se constatou outros serviços oferecidos, como por exemplo, a prática de tatuador e a venda de vestuário. Os quiosques se encontram em um local privilegiado da praça, já que é um ponto de fluxo de pedestres, haja vista que ficam de frente as paradas de ônibus, onde existe todo um comércio local.

Outro elemento do cotidiano das praças, diz respeito a pessoas que praticam cultos evangélicos na Praça Pedro Américo. Nesse local, ocorrem com frequência encontros religiosos, principalmente, em frente ao Comando Geral da Polícia Militar. Conforme descreve Harouel (1990 p. 18) “A ágora possui também uma função religiosa. Ela é o lugar de numerosos cultos [...]”. Em geral, as reuniões ocorrem no meio da tarde com cultos sendo ministrados até mesmo por membros da própria corporação da Polícia Militar. Todos os participantes ficam devidamente acomodados em cadeiras plásticas e, assim, prestando atenção às pregações. O espaço urbano é assim, dotado de perspectivas diversas em relação a sua função enquanto espaço geográfico (figura 37).

²³ Para garantir o direito a privacidade foi colocada uma tarja no rosto da turista.



**Figura 37. Culto religioso realizado na Praça Pedro Américo.
Fonte: Autor, 08/09/2017.**

Diante do exposto, conclui-se que estes logradouros como espaços de convivência social ainda conseguem responder a sua função social para o qual foram idealizadas desde sua inauguração no Governo Camilo de Holanda, no começo do século XX. Cabe ressaltar que ações podem e devem ser tomadas em prol do interesse coletivo, afim de promover o espaço público das praças históricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi mencionado no presente estudo sobre as dinâmicas da paisagem urbana nas praças Aristides Lobo e Pedro Américo, entendemos o quanto é importante para a Geografia o resgate da memória do lugar. Neste sentido, procuramos compreender por meio da paisagem das praças os principais processos espaciais que ocorreram ao longo dos anos nesse respectivo espaço urbano.

Em relação ao recorte temporal, este trabalho se deu em dois momentos específicos de análise do objeto de estudo. O primeiro momento se relacionou com a busca de informações históricas no sentido de delimitar o espaço temporal de formação destes logradouros públicos. Já no segundo momento da pesquisa, tratou-se das observações relacionadas com a atualidade, num recorte temporal delimitado entre os anos de 2014 aos dias atuais.

Quanto ao desenvolvimento da pesquisa, chegamos à conclusão da importância da observação, registro de imagens e também da descrição como métodos de análise geográfica para alcançarmos os objetivos pretendidos. Tais procedimentos remontam a pressupostos da Geografia Regional e da Paisagem, como conceitos que qualificam o referido trabalho.

Tendo como estudo específico as dinâmicas da paisagem das praças, compreendemos que num primeiro momento os resultados foram alcançados, pois observamos que a pergunta principal foi respondida, acerca da função social e de convivência pública das praças Aristides Lobo e Pedro Américo. E a resposta foi sim! Estes espaços urbanos ainda desempenham sua função social, e também cultural e econômica, dado o potencial turístico que estes espaços oferecem, porém, não explorados como deveriam, conforme identificado na pesquisa, devido à falta de conservação e manutenção dos equipamentos públicos e dos elementos da cultura, a exemplo dos fotógrafos lambe-lambes.

Num segundo momento, verificamos que a temática sobre praças públicas sugere um amplo potencial de estudos relacionados à influência dos novos espaços de convivência em ambientes fechados, a exemplo dos *shoppings*, em detrimento desses em meio aberto e as consequências para a população e para a cidade, cuja desvalorização das praças, leva à ausência de manutenção. Outra observação importante para uma análise futura diz respeito também ao potencial turístico dessas áreas, diga-se de passagem, com um rico conjunto histórico e arquitetônico que despertam o interesse das pessoas em conhecer tão importante acervo, porém, negligenciado das mais diferentes formas, sejam pela falta de cuidados com o

patrimônio ou por meio da falta de segurança, como noticiado nos mais diferentes meios de comunicação da capital na atualidade. Dando continuidade a possíveis sugestões relacionadas às praças, ressaltamos também a necessidade de um estudo em relação à influência desses logradouros públicos com o comércio em seu entorno, uma vez que o setor terciário é ainda um dos que mais geram empregos.

Portanto, compreender a paisagem e o espaço urbano é um exercício contínuo em busca de respostas que atendam aos interesses coletivos ao qual a ciência geográfica pode ser de grande valia na condução das respostas e das soluções, na medida em que possui as ferramentas teóricas e metodológicas para explicar como se dá a produção dos espaços urbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio. **SOBRE A MEMÓRIA DAS CIDADES**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltão. **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: AGENTES E PROCESSOS, ESCALAS E DESAFIOS**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 19 -37.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia. **Academia**, [2016]. Disponível em: <www.academia.org.br/academicos/jose-do-patrocinio/biografia>. Acesso em: 06 out. 2016.
AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos. **Cidade de João Pessoa: a memória do tempo**. 2. ed. João Pessoa: Grafset, 1993.

AGUIAR, Welligton; OCTÁVIO, José. **Uma Cidade de Quatro Séculos evolução e roteiro**. 2. ed. João Pessoa: FUNCEP, 1989.

ALMEIDA, Horácio. **Pedro Américo: Notícias Biográficas**. João Pessoa: A UNIÃO, 1982.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: UNIVERSITÁRIA/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.

ALVES, Jane. Danos ao patrimônio público geram uma série de prejuízos em João Pessoa. **jornaldaparaiba**, 2016. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/noticia/166975_danos-ao-patrimonio-publico-geram-uma-serie-de-prejuizos-em-joao-pessoa>. Acesso em: 02 set. 2017.

ARAÚJO, Luis César G. **Organização, Sistemas e Métodos**. São Paulo: Atlas S/A, 2001.

BRASIL. **Constituição da República do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 46/2005 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Subsecretaria de Edições técnicas. ed. Brasília: Senado Federal, 2005.

BRAZ, Secy. Praça no Centro de João Pessoa vira estacionamento irregular: Situação prejudica pedestres que passam pela região e enfrentam estragos nas calçadas ocasionados pelo peso dos veículos. **jornaldaparaiba.com.br**, 2016. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/noticia/164482_praça-no-centro-de-joao-pessoa-vira-estacionamento-irregular>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BUTTNER, Anne. O espaço social numa perspectiva interdisciplinar. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de. **O ESPAÇO INTERDISCIPLINAR**. São Paulo: Nobel, 1986. Cap. 4º, p. 65-81.

CAMILO, Jucelia. Oiti *Licania tomentosa* (Benth) Fritsch. **aplantadavez.com.br**, 2015. Disponível em: <<http://www.aplantadavez.com.br/2015/01/oiti-licania-tomentosa-benth-fritsch.html>>. Acesso em: 06 maio 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1988.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)produção do Espaço Urbano**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Quantitativa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Vozes, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Análise Crítica de Textos - Geográficos: Breves Notas. **Revista do Departamento de Geografia, Geo UERJ**, Rio de Janeiro, 2003.

_____. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

DANTAS, Milena. Barracas da Aristides Lobo serão trocadas em 15 dias. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 28 mar. 2006.

DEMANGEON, Albert. **Uma Definição da Geografia Humana**. In: Christofollett, Antonio (org). *Perspectivas da Geografia*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985. 47-49 p.

DICIO. **www.dicio.com.br/iconografia/**, 2017. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/iconografia/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

DIZERÓ, Joselle Davanço. **Praça do interior paulista**. Estudos de caso nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto/SP. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC, Campinas, 2006. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/7/TDE-2007-03-02T065659Z-1270/Publico/Joselle%20Davanco.pdf> acesso em 08 set 2017.

DOLFUSS, Olivier. **A Análise Geográfica**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

DOLFUSS, Olivier. **O Espaço Geográfico**. São Paulo: Difel, 1982.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A., 2000.

FERREIRA, Lila. [ESPECIAL] Imortal da poesia paraibana, o poeta Caixa D'Água já faz pa. **www.clickpb.com.br**, 2006. Disponível em: <<https://www.clickpb.com.br/esporte/especial->

imortal-da-poesia-paraibana-o-poeta-caixa-dagua-ja-faz-pa-899.html>. Acesso em: 18 set. 2016.

FERREIRA, Rosilda Arruda. **A pesquisa científica nas Ciências Sociais: caracterização e procedimentos**. Recife: [s.n.], 1998.

FIGUEIREDO, Romeu. **Metodologia da Pesquisa: como planejar, executar e escrever um trabalho científico**. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2002.

FILHO, Manuel Alves. Augusto dos Anjos nas entrelinhas. **JORNAL DA UNICAMP**, Campinas, 5 a 18 out. 2009.

FRAZÃO, Dilva. Augusto dos Anjos. **ebiografia**, [2016]. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/augusto_anjos/>. Acesso em: 08 out. 2016.

FREIRE, Carmem Coelho Miranda. **História da Paraíba**. 5. ed. Joao Pessoa: A UNIAO Cia, 1985.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA. **Paraíba**. João Pessoa: BLOCH EDITORES S/A, 1988. 44 p.

HAROUEL, Jean-Louis. **História do Urbanismo. tradução Ivone Salgado**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

IBGE. João Pessoa, Paraíba-PB. **biblioteca.ibge.gov.br**, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/joaopessoa.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

IHGP. A fundação do IHGP. **ihgp.net**, 2017. Disponível em: <<http://ihgp.net/fundacao2.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2 rev. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. EVOLUÇÃO URBANA DE JOÃO PESSOA PÓS-60. In: GONÇALVES, Regina Célia et al. **A QUESTÃO URBANA NA PARAÍBA**. João Pessoa: Universitaria, 1999. p. 39-54.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. 22. ed. São Paulo: Ática, 2009.

MACEDO, S. S.; ROBBA, F. **Praças Brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002.

MAIA, Doralice Sátyro. Ruas, Casas e Sobrados da cidade histórica: entre ruínas e embelezamentos, os antigos e os novos usos. **academia.edu**, 2008. Disponível em: <http://www.academia.edu/7570293/Ruas_Casas_e_Sobrados_da_Cidade_Hist%C3%B3rica_entre_ru%C3%ADnas_e_embelezamentos_os_antigos_e_os_novos_usos>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MELLO, José Octcio de Arruda. **Os coretos no cotidiano de uma cidade:** (lazer e classes sociais na capital da Paraíba). João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba (FUNCEP), 1990.

MEMÓRIAJOÃOPESSOA. Informatizando a História do Nosso Patrimônio. **www.memoriajoaopessoa.com.br**, 2016. Disponível em: <<http://memoriajoaopessoa.com.br/acervopatrimonial/78.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. Vivência Praças Pedro Américo e Aristides Lobo. YuoTube. **www.memoriajoaopessoa.com.br**, 2016. Disponível em: <<http://www.memoriajoaopessoa.com.br/vivencias.php>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

MOREIRA, Ruy. **O Pensamento Geográfico Brasileiro**. São Paulo: Contexto, v. 1, 2008.

PINTO, José Nêumane. Os dois mentais da minha terra. **neumanne.com**, [2017]. Disponível em: <<http://neumanne.com/novosite/categoria/jornalismo/reportagens/>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

PINTO, Surama Conde Sá. Lobo, Aristides. **fgv.br**, [2016]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LOBO,%20Aristides.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. Plano Diretor da Cidade de João Pessoa. **www.joaopessoa.pb.gov.br**, 2017. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/ANEXO-II-MAPA-2-ZONAS-DE-RESTRICOES-ADICIONAIS-A3-JANEIRO-2012.pdf?x92016>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

_____. João Pessoa - Patrimônio Nacional. **joaopessoa.pb.gov.br**, 2016. Disponível em: <www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/copacjp/patrimonio/>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. Paço-Municipal. **www.joaopessoa.pb.gov.br**, 2016. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeitura-paga-salarios-de-agosto-dos-servidores-nesta-quinta-e-sexta-feira/paco-municipal-2/>>. Acesso em: 22 out. 2016.

_____. A Copac. **joaopessoa.pb.gov.br**, 2017. Disponível em: <www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/copacjp/acopac/>. Acesso em: 28 mar. 2017.

_____. Notícias. **www.joaopessoa.pb.gov.br**, 2005. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/?n=2354>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

_____. PMJP recupera praças Pedro Américo e Aristides Lobo, no Centro da Capital. **www.joaopessoa.pb.gov.br**, 2007. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/?n=6203>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

_____. Nova estátua do poeta Caixa D'Água é instalada no Centro. **www.joaopessoa.pb.gov.br**, 2010. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/nova-estatua-do-poeta-caixa-dagua-e-instalada-no-centro/>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

_____. Plano Diretor da Cidade de João Pessoa. **joaopessoa.pb.gov.br**, 2017. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/PMJP-PlanoDiretor.pdf?x92016>>. Acesso em: 2017 ago. 27.

RIOPOSTAL. Cartão Postal Avenida Guedes Pereira João Pessoa Estado da Parahyba Carros 1938. **http://www.riopostal.com**, 2007. Disponível em: <http://www.riopostal.com/listar_produtos_por_categoria.asp?id=1&pAtual=227>. Acesso em: 27 fev. 2016.

ROBERTO, Carlos. Portal da Cidade de João Pessoa Fotos. **paraibanos.com**, 2014. Disponível em: <<http://paraibanos.com/joaopessoa/fotos-antigas.htm>>. Acesso em: 15 maio 2017.

RODRIGUES, Walfredo. **ROTEIRO SENTIMENTAL DE UMA CIDADE**. 2. ed. João Pessoa: A UNIÃO, 1994.

SAMUEL. João Pessoa Antiga - Fotos: Praça Aristides Lobo (acervo Espaço cultural). **cidady.blogspot.com.br**, 2015. Disponível em: <<http://cidady.blogspot.com.br/2012/03/joaopessoa-antiga.html>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

SANTOS, Milton. **A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo**. In: Santos, Milton e outros (organizadores). **O nosso mapa do mundo - Fim de Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec/Ampur, 1993. 15-22 p.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SAWAYA, Sylvio Barros. O espaço como objeto de trabalho. In: SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia A. de. **O ESPAÇO INTERDISCIPLINAR**. São Paulo: Nobel, 1986. Cap. 6º, p. 87-103.

SILVA, Aline de Figueiredo. O léxico na história do paisagismo no Nordeste do Brasil (XIX-XX). www.scielo.org.co, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-16172015000200005>. Acesso em: 03 maio 2017.

SILVA, Lígia Maria Tavares. FOTOGRAFIA E MEMÓRIA URBANA: em busca do significado do lugar. **Revista de Geografia**, Recife: UFPE/DGC-NAPA, v. 12, n. 2, jul./dez. 1996.

_____. *Memória e Intervenção Urbana: o caso do "Ponto de Cem Réis" no Centro de João Pessoa-PB*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Ciências Geográficas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995.

_____. Trajetórias pela Geografia Histórica. In: BEZERRA, Amélia Cristina Alves et. al. (orgs.) **Itinerários Geográficos**. Niterói: Edulf, 2007. p. 71-84.

SILVA, Mary Aparecida F. da. **Métodos e Técnicas de pesquisa**. Curitiba: Edita IBPEX, 2005.

SOUTO, Petrônio. Praça 1817, antigo Largo das Mercês, em meados dos anos 20, após a reforma do Prefeito Guedes Pereira. www.facebook.com, 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1944588015812987&set=a.1387729908165470.1073741828.100007854216244&type=3&theater>>. Acesso em: 29 set. 2017.

_____. Vista do lado norte da Praça Aristides Lobo. www.facebook.com, 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1947009402237515&set=a.1387729908165470.1073741828.100007854216244&type=3&theater>>. Acesso em: 27 set. 2017.

TORRES, Beth. Prefeito entrega obras em duas praças de João Pessoa. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 03 ago. 2007.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA. Memorial Virtual. memorialvirtual.tjpb.jus.br, 2015. Disponível em: <<http://memorialvirtual.tjpb.jus.br/por-onde-andou-o-tjpb/1891-tesouro-nacional-e-comando-da-pm/>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

VIERO, Verônica Crestani; BARBOSA F., Luiz Carlos. Praças Públicas: origem, conceitos e funções. **Jornada de Pesquisa e Extensão**, Santa Maria, 2009.

VIVEREMJOAOPESSOA. O que João Pessoa e arredores têm de melhor. viveremjoaopessoa.blogspot.com.br, 16 mar. 2011. Disponível em: <<http://viveremjoaopessoa.blogspot.com.br/2011/03/pracas-e-monumentos-bairro-centro.html>>. Acesso em: 28 jul. 2017.